

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 26ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE MARÇO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 46, de 1997, de autoria do Senador Ney Suassuna, que cria a renda mínima na educação e dá outras providências..... 06559

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR NEY SUASSUNA - Premência dos debates sobre os grandes problemas estruturais e conjunturais que amarram a economia nacional, destacando, no plano estrutural, a votação das reformas previdenciária, fiscal e administrativa, e, quanto à conjuntura, o caso do extraordinário déficit da balança comercial brasileira. Graves dificuldades imputadas à produção, decorrentes do chamado Custo Brasil. Sugestões de políticos, economistas e empresários à equipe econômica do governo, visando a redução do Custo Brasil. .. 06560

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Tendo alguns questionamentos quanto a ameaça que pesa sobre as mulheres brasileiras, a propósito de declaração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que apontou 1997 como o ano da saúde. Declaração da Glória, documento formulado por ocasião do 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, realizado na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de 700 mulheres que trabalham na área da saúde e direitos reprodutivos. Comentários sobre as alegações do Ministro Carlos César de Albuquerque, a respeito de seus objetivos em conter o desperdício de recursos destinados à saúde e sobre a inclusão de uma matéria no currículo de medicina das universidades, para a formação do médico de família. 06563

SENADOR EDUARDO SUPLICY - Repercussões do pronunciamento do Presidente da República, na cerimônia de posse do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária, através da introdução do vocábulo neobobismo. Quadro demonstrativo da desigualdade da renda no Brasil. Necessidade da adoção de critérios mais racionais de ataque à miséria, que não seja apenas pela concessão de cestas básicas à população. Inexistência no País de um programa universal de direito à renda mínima. 96575

SENADOR CASILDO MALDANER – Registrando a assinatura de protocolo de intenções

celebrado ontem, entre o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico, a Prefeitura de Joinville, o laboratório argentino Pablo Cassará e a Tucano Comércio, Exportação e Importação, para que o referido Centro fabrique a vacina contra hepatite B, cuja produção inicial, em 1998, está prevista para 10 milhões de doses. Apelo aos Ministérios da Saúde, o da Ciência e Tecnologia e o da Indústria e Comércio, para que auxiliem o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico de Joinville na concretização dos objetivos do convênio..... 06577

SENADOR HUMBERTO LUCENA – Considerações sobre a proposta de emenda constitucional que trata da reforma administrativa. Reestruturação racional da organização do Estado. Extinção, em épocas passadas, de ministérios e órgãos da administração indireta, sem uma justificativa plausível, tendo como exemplo o antigo Ministério do Interior e, posteriormente, o Ministério de Desenvolvimento Regional. Política de integração regional propugnada pelo Presidente Juscelino Kubitschek. Esvaziamento da Secretaria de Assuntos Regionais, destituída de verbas para a concretização de suas ações. 06579

SENADORA JÚNIA MARISE – Defesa da aprovação do Projeto de Resolução nº 104, de 1996, de sua autoria, que dispõe sobre a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, relativos à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, e dá outras providências. 06582

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Descaso dos setores do poder público quanto ao apoio aos pequenos produtores rurais. Situação de insolvência e desmantelamento da Emater do Estado do Pará. Críticas às ações do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no que se refere à saúde, educação e segurança pública. 06585

1.2.3- Discurso encaminhado à publicação

SENADOR ROBERTO FREIRE – Papel do PCB – Partido Comunista Brasileiro na história política do País. 06589

1.3- ENCERRAMENTO

2-AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 25.03.97

3- EMENDAS

Oferecidas às Medidas Provisórias nºs 1.463-11, 1.469-16, 1.473-29, 1.475-25, 1.477-

34, 1.478-22, 1.479-26, 1.480-28, 1.481-47,
1.482-34, 1.508-15, 1.512-8, 1.520-6, 1.530-
4, 1.535-3, 1.549-28, 1.554-13, 1.559-11,
1.560-3, 1.561-3, 1.562-3, 1.567-1, todas de
1997 (publicadas em suplemento a este Diá-
rio).

06590

4 – ATA DE COMISSÃO

5ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 6.03.97 (republicação).

06600

5 – ATOS DO DIRETOR GERAL

Nºs 644 a 665, de 1997.

06601

**6 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
CONGRESSISTAS**

Contrato de prestação de serviços jurídicos
e de consultoria com o Dr. Raymundo Urbano. 06614

7 – MESA DIRETORA**8 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****9 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****10 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PAR-****TIDOS****11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR****12 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES****13 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON-
JUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)**

Ata da 26ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de março de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Júnia Marise, Levy Dias,
Ney Suassuna, Guilherme Palmeira e José Alves.*

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Declara aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 1997

Cria a renda mínima na educação e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Crianças entre 7 (sete) e 17 (dezesete) anos, matriculadas em escolas públicas de primeiro e segundo graus, provenientes de lares cuja renda familiar seja inferior a 3 (três) salários mínimos farão jus a um salário mínimo escolar equivalente a trinta por cento do salário mínimo vigente no País.

Parágrafo único. Os cheques de pagamento do salário mínimo serão individuais e os pais ou responsáveis com mais de uma criança matriculada, na faixa etária estabelecida no **caput**, deste artigo receberão um cheque relativo a cada filho até o máximo de 4 (quatro), e deles darão recibo à escola para controle do programa.

Art. 2º Para efeito dos benefícios desta Lei, as famílias, deverão se registrar, a qualquer tempo, nas escolas onde têm seus filhos matriculados, mediante a apresentação da carteira de trabalho.

§ 1º Para o recebimento do cheque bastará a apresentação da carteira de trabalho dos pais ou responsáveis, que terá valor legal para comprovação da renda familiar.

§ 2º As escolas públicas farão a entrega dos cheques após exames das folhas de frequência que comprovam a assiduidade e dos boletins de rendimento escolar.

Art. 3º Os pagamentos do salário mínimo escolar serão feitos pela própria escola até o 10º(décimo) dia do mês subsequente.

Art. 4º O Programa de Salário Mínimo Escolar será custeado mediante dotação orçamentária específica, a ser consignada no Orçamento Geral da União a partir do exercício financeiro de 1999.

Parágrafo único. A partir de 1998, os Projetos de Lei relativos a planos plurianuais e a diretrizes orçamentárias deverão especificar os cancelamentos e as transferência de despesas, assim como as demais medidas necessárias à execução do programa.

Art. 5º Os recursos para o custeio do programa advirão de dotações orçamentárias, de contribuições espontâneas de Organizações Não-Governamentais e de pessoas físicas e jurídicas.

Art. 6º As pessoas físicas e jurídicas que contribuírem financeiramente para este programa poderão deduzir integralmente suas contribuições do Imposto de Renda.

Parágrafo único. No caso de pessoa física, a educação se fará na renda bruta, no caso de pessoa jurídica, a dedução será feita para fins de cálculo do lucro real.

Art. 7º A implantação do Programa de Salário Mínimo Escolar obedecerá o seguinte cronograma.

I – em 1999, atendimento às crianças matriculadas nas capitais dos estados e territórios;

II – em 2000, atendimento às crianças matriculadas nas capitais e nas cidades de porte médio, na forma conceitual estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

III – em 2001, o atendimento deverá cobrir todos os municípios brasileiros.

Art. 8º O Poder Executivo procederá a regulamentação desta Lei em 120(cento e vinte)dias.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Pesquisa de indicadores sociais divulgadas pela FIBGE revelou que, em 1988, cerca de 30% das crianças de famílias com renda familiar **per capita** de até 1/4 de salário mínimo por mês, com ida-

de entre 10 e 14 anos, trabalhavam. Para as famílias com renda familiar **per capita** compreendida entre 1/4 e meio salário mínimo, esta percentagem era de 20%, sendo que no caso dos adolescentes entre 15 e 17 anos, o percentual sobe para mais de 50% e a carga horária superava 40 horas semanais.

Dessas crianças, 70% trabalhavam sem carteira assinada e percebem remunerações iguais ou inferiores a um salário mínimo (81%).

Das crianças de 10 a 14 anos, provenientes de famílias cuja renda familiar se situa num patamar de até 1/3 do salário mínimo, 15% contribuíam com mais de 30% de renda familiar. No caso dos adolescentes, a participação do salário do menor em patamares superiores a 30% da renda familiar chega a 30% para este grupo de famílias.

Ou seja, as crianças e adolescentes de famílias pobres brasileiras (40% da população, ou 50 milhões de pessoas) ganham pouco, são exploradas economicamente e, no entanto, esse ganho é fundamental para a manutenção da família.

O resultado desse quadro desumano se traduz nas poucas horas destinadas à escola, nas elevadas taxas de repetência e na evasão escolar.

Segundo excelente estudo do Dr. José Márcio Camargo, publicado na **Folha de S. Paulo** sob o título "Os Miseráveis", cuja idéia subscrevo sob forma deste Projeto de Lei, que hoje reapresento, a criação da renda mínima na educação apresenta vantagens que por si só justificam amplamente a sua relação custo/benefício; quais sejam:

1º) permite a extinção total dos programas no estilo clientelista hoje existente e cujo ônus tem sido desastroso para o País e a eficácia praticamente nula (LBA, cestas básicas, tíquetes do leite etc.);

2º) permite minorar o problema da pobreza no presente, ao mesmo tempo em que investe no futuro, através do engajamento real das crianças e adolescentes no processo educacional, de modo a erradicar o analfabetismo e capacitar mão-de-obra futura;

3º) atinge diretamente o público-alvo, eliminando a intermediação dos não-pobres;

4º) retira as crianças do mercado de trabalho e das ruas, reduzindo a violência e criando condições propícias às pressões para a elevação do salário real da mão-de-obra adulta.

No que tange aos custos de implementação e às fontes de financiamento, o Professor José Márcio Camargo estima que a cobertura total representaria gastos num montante de 5% do PIB, praticamente o mesmo que o Governo dispende hoje com progra-

mas de compensação da pobreza, de natureza duvidosa e eficácia questionável.

Finalizando, gostaria de ressaltar a comprovação da eficácia da idéia, a partir de programas similares já adotados em localidades distintas como Campinas e Distrito Federal, o que atesta sobejamente a validade da proposição.

Sala das Sessões, 25 de março de 1997. – Senador **Ney Suassuna**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O projeto lido será publicado e remetido à Comissão competente.

Passamos agora à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senador José Alves. (Pausa.)

Concedo a palavra à terceira oradora inscrita, Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao quarto Senador inscrito, Senador Edison Lobão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao quinto Senador inscrito, Senador Ney Suassuna a quem passo a palavra e em seguida ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, vencida, na Câmara dos Deputados, a primeira batalha pela reeleição e eleitas as Mesas que vão dirigir pelos próximos dois anos as Casas do Parlamento, está na hora de nos voltarmos para o debate dos grandes problemas estruturais e conjunturais que ainda amarram nossa economia.

No que se refere à estrutura, temos que proceder à imediata discussão e votação das reformas – previdenciária, fiscal e administrativa – para que o Brasil ganhe reconhecimento internacional como Nação que está, realmente, buscando soluções definitivas para desfazer os nós que nos tolhem o desenvolvimento.

No entanto, paralelamente a essas discussões sobre as reformas, temos também que tratar de alguns aspectos conjunturais, que nos vêm sobressaltando nos últimos tempos. Dentre esses, eu destacaria, por exemplo, o caso do extraordinário déficit que o Brasil teve nas suas transações correntes no ano passado.

Registramos, em 1996, um déficit da ordem de US\$24 bilhões nas transações correntes – comércio, serviços e transferências – que correspondeu a 51%

de nossas exportações. Foi o pior resultado dos últimos dezesseis anos. Desse total, US\$ 5,6 bilhões advieram do déficit na balança comercial. Trata-se de números nada desprezíveis, que só podem ser revertidos com alterações urgentes na política cambial e com a criação, a médio prazo, de uma política industrial conseqüente.

Mas nossos problemas mais imediatos não se resumem a isso. Temos muitas e graves dificuldades com o chamado custo Brasil, um conjunto de fragilidades que começa pela falta de boas estradas e portos, e que se estende a impostos e taxas elevadas que oneram a nossa produção de tal maneira que não conseguimos praticar preços competitivos no mercado internacional.

Atualmente, maior produtividade, eficiência e competitividade se traduzem, sempre, em preços mais atraentes e, conseqüentemente, em maior espaço no comércio internacional. Mas como pode o empresário brasileiro ter preços competitivos se tem de pagar inúmeras taxas de toda natureza, se tem de enfrentar os mais intrincados labirintos burocráticos, e se, por fim, não dispõe de estradas, portos e aeroportos modernos?

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a verdade é que, mesmo sem aderir ao que o Ministro Pedro Malan chamou de "Síndrome do Sobressalto" – que atinge os que andam sobressaltados com o pífio desempenho das contas externas do Brasil no ano passado –, estamos muito preocupados.

Estamos inquietos porque nada indica que o prejuízo nas transações correntes venha a ser menor em 1997; aliás, todos os indicativos é que pode ser bem maior. Só o déficit da balança comercial poderá chegar a US\$7 bilhões, segundo analistas econômicos. Ninguém desconhece que o déficit da balança comercial tem origem não apenas no crescimento vertiginoso das importações, mas também – e principalmente – na redução das nossas exportações.

Vejamos alguns números. Enquanto as exportações brasileiras cresceram de US\$43,5 bilhões, em 1994, para US\$47,7 bilhões, no ano passado, as importações saltaram de US\$33 bilhões para US\$53,2 bilhões. Ou seja, o crescimento das importações foi 61% contra o aumento de apenas 9,6% das exportações. Em outras palavras, entre 1994 e 1996, as importações cresceram seis vezes mais que as exportações. Ora, algo tem que ser feito para diminuir esse problema!

Constatada a deficiência, chega o momento de nos perguntarmos: por que estamos perdendo tanto terreno no comércio exterior? Por quê?

Perdemos espaço porque estamos praticando preços elevados. Mas por que são elevados os nossos preços? São altos demais em função do custo Brasil e também porque a nossa moeda está supervalorizada. Perdemos campo no comércio internacional também porque a nossa economia foi aberta – melhor dizendo, escancarada! – antes que tivéssemos adotado mecanismos eficientes para assegurar a modernização de nosso parque industrial.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos nós conhecemos muito bem os argumentos usados pela equipe econômica do Governo para justificar sua inércia diante de déficits sucessivos e crescentes. Dizem eles que a percentagem entre o déficit nas transações correntes e o PIB foi de apenas 3,7%, metade da relação que se registrou no México quando, dois anos atrás, aquele país foi à bancarrota. É verdade.

Mas, apesar disso, o certo é que essa mesma relação entre o PIB e o déficit nas transações correntes foi de apenas 2,47%, em 1995, quando o prejuízo foi da ordem de US\$17,7 bilhões. Ou seja, o indicador subiu 50% em um ano, o que é alarmante. Os próprios especialistas do Banco Central, por exemplo, aguardavam para o ano passado um déficit inferior a 3%. Os economistas do Governo alegam que, no ano passado, o Brasil recebeu US\$9,4 bilhões em investimentos diretos e mais US\$ 3,6 bilhões nas Bolsas de Valores. Mais uma vez é verdade. Todavia, nada nos garante que esse desempenho será igual em 1997, principalmente porque os investidores brasileiros serão penalizados com a cobrança da CPMF, e, se o movimento das Bolsas cair, haverá um desestímulo aos investimentos internacionais.

Além disso, contrariamente ao que dizem os integrantes da equipe econômica – para os quais o câmbio está sob controle –, parece que já existe consenso entre todos economistas de que a relação entre o real e o dólar deve ser alterada. O que ninguém pode codificar com certeza é qual será o percentual de defasagem. Do mesmo modo, ninguém aposta em maxidesvalorização, porque ela seria inaceitável em nossos dias. Mas é grande o número dos que acham que deveríamos começar a praticar desvalorizações menores e mais freqüentes.

Também é opinião unânime, entre as pessoas que se preocupam com a economia, que o custo Brasil deve ser reduzido de pronto, sob pena de vermos diminuir, ainda mais, nossa participação no mercado mundial. Aliás, é importante registrar que em 1984 as exportações do Brasil representavam

1,5% do comércio mundial e que no ano passado caíram para apenas 0,8%. Em termos proporcionais, a verdade é que nossa representatividade caiu pela metade.

Um país que tem a quinta colocação em espaço no mundo, um país com os recursos e as possibilidades de exportar grãos, minérios, que tem o segundo rebanho de gado, é o segundo produtor de sucos, com tanta potencialidades, caiu de 1,5% do comércio mundial para 0,8%.

Com grande frequência, os jornais vêm divulgando as mais diversas sugestões – de políticos, economistas e empresários – para a redução do custo Brasil. São sugestões que sistematicamente acabam sendo ignoradas pelo Governo. Entre essas mudanças cogitadas, algumas sequer exigiriam alteração no texto constitucional.

Recentemente, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) chegou a listar sessenta sugestões. Dentre elas estão, por exemplo, a eliminação da tributação de PIS/Pasep e Confins nas prestações de serviço ao setor exportador; a ampliação do prazo dos Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, de 180 para 360 dias; a ampliação do prazo de validade das guias de importação de 60 para 180 dias; e a utilização dos créditos do IPI para compensar qualquer tributo devido pelas empresas à Secretaria da Receita Federal.

Como se vê, são medidas simples, algumas delas visando corrigir mecanismos criados nos tempos de inflação elevada. E que persistem, gerando obstáculos para os exportadores.

Infelizmente, na contramão da modernidade que desejamos, vimos a criação da CPMF, que vai onerar ainda mais o custo da produção no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, boa parte dos problemas alinhavados aqui não existiriam se tivéssemos no Brasil uma política moderna e eficiente para garantir a competitividade do nosso parque industrial.

Além disso, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no balanço de pagamentos há parcelas que são inteiramente – tenho dito isso com frequência no Senado –, descabidas, como é o caso, por exemplo, do déficit da conta turismo, de R\$4,3 bilhões. Uma quantia dessa na atual conjuntura do País significa estar jogando dinheiro fora. Isso não quer dizer que se deva proibir todos de viajar, mas não se criem facilidades. Estamos incentivando um turismo, que está nos causando problemas numa hora como essa.

Outros itens podiam estar sendo incentivados. Mas, com certeza, câmbio e essa baixa do custo Brasil, que se estima na ordem de 5% – um valor sig-

nificativo na atual situação de moeda estável, em preços mundiais – estão realmente nos estrangulando.

E é por isso que tivemos três bilhões, seis bilhões e devemos dar doze bilhões esse ano, o que, no total, vai nos dar um grande déficit no somatório do balanço brasileiro.

Boa parte de nossas dificuldades acabariam se praticássemos uma política de câmbio realista. Boa parte de nossas dores de cabeça sumiria se os juros cobrados no Brasil não fossem dos mais elevados do mundo.

Assim, encerro este pronunciamento conclamando o Presidente Fernando Henrique Cardoso a liderar pessoalmente a tomada de decisão que vise à correção dessas distorções – algumas delas muito antigas -, que impedem que o nosso desempenho no cenário econômico internacional seja aquele compatível com a grandeza do nosso potencial.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Pois não, Senador Eduardo Suplicy, com muita honra.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Ney Suassuna, V. Ex^a mostra as distorções que estão ocorrendo, sobretudo no âmbito do desequilíbrio externo da economia brasileira, e salienta que se fazem necessárias correções imediatas. Não apenas as exportações têm crescido muito aquém do que seria razoável para uma economia como a brasileira, muito menos do que as importações; como há uma inquietação crescente com respeito ao déficit da balança comercial e também da balança de serviços. V. Ex^a indicou que está havendo um aumento muito significativo dos gastos dos brasileiros com turismo no exterior, gastos bem além daquilo que os estrangeiros gastam no Brasil. Todos esses são indicadores de um desequilíbrio, que o responsável pela área cambial, Diretor da Área Externa do Banco Central, Sr. Gustavo Franco, teima em dizer que não existem. Ainda ontem assisti a trechos da entrevista do Sr. Gustavo Franco, quando ele reiterou que o Brasil deve ter continuamente um déficit na balança corrente, porque se trata de nós estarmos obtendo uma poupança exterior, já que é insuficiente a poupança doméstica. Compreendo perfeitamente que um país pode ter, em alguns momentos, déficits na sua balança comercial e de serviços, mas não da forma como está-se dando. É preciso saber administrar com inteligência o déficit, seja na balança comercial seja na de serviços e estamos nos aproximando de uma situação gradativamente mais perigosa, ainda mais em função de possíveis desdobra-

mentos da economia mundial. O Federal Reserve nos Estados Unidos anuncia um aumento de taxas de juros. E, quando se aumentam as taxas de juros num país como os Estados Unidos, torna-se relativamente mais interessante para aqueles que detêm capital permanecer com seus recursos ali do que investi-los, seja em investimentos de risco ou empréstimo, em países como o Brasil. Se porventura houver uma reviravolta no fluxo de moeda ou de capitais no âmbito das economias desenvolvidas para as economias em crescimento, se o Brasil se encontrar em uma situação muito frágil no que diz respeito ao seu grau de endividamento, ao grau de sobrevalorização do Real em relação ao dólar e outras moedas, se tivermos já com um déficit comercial acentuado mais o de serviço, e portanto o de balança corrente tão acentuado, poderemos ser pegos de calça curta; poderemos estar submetendo a economia brasileira a uma situação de grande risco. Por esta razão, é adequado o alerta que V. Ex^a faz nesta tarde.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado pelo aparte, Senador, que, com honra, incorporo ao meu discurso.

Gastamos esse ano R\$263 milhões com peixes – nós que temos uma série de rios e peixes de qualidade excepcional. Sem falar de outros itens como, por exemplo, 70 e tantos milhões de alho e a cebola, que – não dá para entender – são jogadas fora em toda parte da região Nordeste, fora da região do São Francisco, e estamos importando. Assim, em muitos casos o brasileiro comum podia ajudar o País não comprando do estrangeiro, mas é necessário que o Governo regulamente a matéria.

Imagine a família de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, tendo um orçamento determinado e gastando muito mais do que pode. Por exemplo, V. Ex^a planejar uma viagem de volta ao mundo, se só tinha dinheiro para passar as férias, vamos supor, numa praia do Estado de São Paulo. É o que está acontecendo conosco: R\$4,3 bilhões na área de turismo significa que estamos fazendo esta farra, sem nos preocuparmos com o futuro. E não estou defendendo o cerceamento, apenas que não se incentive. Cercear é ruim, o não incentivar é o que deveria estar ocorrendo. Tem-se que olhar de uma maneira global. Já ouvi muitas pessoas do Governo dizerem que, na hora em que se importa um produto, o preço do produto brasileiro cai. Tanto que serviços é o único item que não tem caído porque não se pode importar.

Mas isto é uma meia verdade. A verdade é que temos prioridades de investimento e para elas o Governo tem que estar atento. E tem também de me-

lhorar o que podemos exportar, principalmente a qualidade do nosso produto. Temos que implantar a qualidade total em todas as nossas indústrias, temos que qualificar mais o nosso funcionário.

Estou apresentando hoje, Senador, mais uma vez, o projeto referente à renda mínima escolar, que é uma das facetas do programa geral que V. Ex^a tão bem levantou e que hoje tantas áreas do Brasil, tantas prefeituras, tantos governos estão adotando.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY SUASSUNA – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy – Em instantes farei um pronunciamento sobre o programa de renda mínima, pois o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que já existe o programa de renda mínima em todo o Brasil ao fazer críticas aos críticos do Programa Comunidade Solidária. É uma novidade para nós o fato de já existir em todo o Brasil o programa de renda mínima. Vou me alongar sobre o assunto em breve, mas é interessante que V. Ex^a, como um Senador do Partido do Governo, esteja apresentando novamente um projeto, confirmando, portanto, ao Presidente da República, que não existe aquilo que ele de forma tão enfática disse que já existia em seu Governo. Pode existir de forma experimental. Vou me deter sobre esse assunto daqui a pouco.

O SR. NEY SUASSUNA – Estarei ouvindo.

Então, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, era esse o alerta que eu queria dar, principalmente à equipe econômica. É preciso que estejamos de olhos abertos. É muito fácil dizer que vou sair daqui e chegar àquele ponto, que aquele é o meu objetivo final. Mas se eu não estiver avaliando e fazendo **feedback** a todo instante, eu não vou chegar lá, porque qualquer pequeno desvio vai me levar para outro lado. E é exatamente esse balizamento, essa avaliação, essa preocupação com o **feedback**, para que não saíamos da rota na qual atingiremos o objetivo final, que temos aqui. Estamos fazendo um alerta: Vejam o que está acontecendo. A verdade é que as importações, no balanço de pagamentos, estão se multiplicando a uma taxa geométrica; e as nossas exportações continuam crescendo apenas aritmeticamente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva, por cessão do nobre Senador Eduardo Suplicy.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da orado-

ra.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy por esta permuta. Hoje não estou nos meus melhores dias, mas não poderia deixar de manifestar-me, porque estou preocupada.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que este seria o ano da saúde. E em função do que disse o Presidente, quero fazer alguns questionamentos aqui sobre a ameaça que pesa sobre nós, mulheres brasileiras.

Dados do Ministério da Saúde dizem que 20% das pessoas portadoras do vírus HIV são do sexo feminino; em São Paulo vive a maioria das brasileiras com Aids, 51%; no Rio de Janeiro, 14%; em Minas Gerais, 7%; no Rio Grande do Sul, 6%, e, em Santa Catarina, 4%.

Dizem também que a proporção era de uma mulher para 40 homens. Hoje, essa proporção caiu e, para cada 3 homens, temos uma mulher portadora.

Ora, se o número de mulheres brasileiras infectadas aumenta gradativamente, até o ano 2.000 teremos, então, uma portadora para cada portador. E isso me assusta, na medida em que temos dados de um órgão da ONU, a Unaid, que constatam que as mulheres entre 15 e 25 anos de idade são, na sua maioria, as portadoras.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os dados também mostram uma outra situação: que a África tem 60% dos casos de Aids no mundo, sendo que Uganda se destaca, porque para cada 6 mulheres doentes tem o inverso, ou seja, um homem portador.

É preciso que essa situação seja denunciada. Mas é preciso fazer mais do que isso. É importante destacar aqui que o que me trouxe à tribuna foi exatamente o 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, que aconteceu no Estado do Rio de Janeiro, no Hotel Glória. Naquela ocasião formulamos um documento, cujo nome é Declaração da Glória, do qual consta que, nos últimos três anos, tivemos avanços consideráveis na agenda do movimento de saúde das mulheres, mas que ainda é ausente, em muitos países, a perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas voltadas para a saúde das mulheres, principalmente para a Aids.

Há também uma participação muito limitada das mulheres e não se implementou até agora o Plano de Ação da Conferência do Cairo, que foi uma das discussões mais aprofundadas e avançadas que aconteceram. A transformação do Estado e o controle do funcionamento do setor privado é uma das necessidades colocadas pelo 8º Encontro Internacional relacionadas com ganhos nos direitos de saúde das mulheres e controle sobre nossa reprodução e sexualidade.

Esse encontro se deu na América Latina e no Brasil, pela primeira vez, com a participação de 700 mulheres que trabalham na área de saúde e direitos reprodutivos, organizadas, e fazendo considerações a respeito das reivindicações do mundo feminino.

E elas viram que é preciso levar em consideração as inter-relações de gênero, de classe, de raça e etnia, porque determinadas doenças estão exclusivamente voltadas para um grupo étnico entre nós mulheres. Portanto, é preciso que haja também cuidado nos estudos e nas pesquisas feitos e nas políticas públicas voltadas para a saúde da mulher.

A Declaração da Glória destacou a necessidade da aplicação dos tratados internacionais. O Brasil tem assinado vários tratados. Agora mesmo, temos uma plataforma avançadíssima com a Plataforma de Beijing. As mulheres que lá estiveram deram uma valiosa contribuição para que se pudesse ter uma plataforma condizente com cada cultura, com cada etnia e de acordo com as necessidades diferenciadas das mulheres nos vários países do mundo. Entretanto, não vimos ainda a aplicação desses tratados internacionais.

Temos ainda que destacar a necessidade de assegurar aos direitos reprodutivos e sexuais políticas e programas, porque as cartas de intenções aí estão, os tratados formam assinados, mas não estamos visualizando essas políticas e esses programas. Devemos destacar também que a violência de gênero é uma questão de saúde pública, não podemos deixar que seja apenas uma questão de polícia, é uma questão de saúde pública a violência no que diz respeito à saúde física e mental das mulheres. Isto que se procurou discutir na Declaração da Glória, a necessidade de uma promoção, de um treinamento e de uma sensibilização para profissionais de saúde na prestação desses serviços.

Muitas vezes encontramos dificuldades, mas temos algumas administrações que, através do Conselho da Mulher em parceria com as administrações públicas, têm um projeto e um programa mais avançado; porém não encontramos pessoas com conhecimento da problemática da saúde da mulher para que possam atuar na prestação desses serviços. Por isso há necessidade desse treinamento e sensibilização para os profissionais da área.

O diagnóstico de violência doméstica já feito leva a que o sistema de saúde pública possa também intervir nas políticas educacionais voltadas à cidadania feminina.

Esses são alguns destaques do meu discurso, que, por ser um tanto longo, peço seja publicado na íntegra.

Sr^a Presidente, também peço que seja feito o registro da Declaração da Glória.

Eu gostaria ainda de ressaltar algumas palavras ditas pelo Governo Federal, através do Ministro

da Saúde. Em cadeia nacional, o Sr. Ministro disse que vai gerenciar a saúde como uma empresa. O Ministro Carlos César de Albuquerque disse que tem uma verba para o Ministério no valor de R\$21 bilhões, e tem como objetivo conter o desperdício para que investimentos cheguem ao contribuinte.

Ora, o documento do Ministério da Saúde que trata dessas diretrizes políticas para a saúde no Brasil é, na verdade, um protocolo de intenções que acreditamos, se aplicado corretamente, trará benefícios ao País. Mas nós temos uma dificuldade política enorme; vota-se recursos para a área de saúde e não conseguimos fiscalizar ou acompanhar o uso desses recursos. O Ministro disse que quer controlar os gastos com a parte burocrática do seu Ministério, como passagens aéreas, publicidade eletrônica, sem um planejamento. S. Ex^a, então, tomando essa atitude, vai reduzir para R\$100 milhões anuais. Com essa estratégia S. Ex^a garante que os investimentos chegarão ao contribuinte, e assim poderá priorizar os atendimentos de assistência na tabela do SUS.

Mais uma vez, quero chamar a atenção para a questão da diferença entre o querer e o fazer, porque há muito estamos pedindo que haja uma implantação do SUS. Essa política vai descentralizar os atendimentos, centralizando os recursos e os repasses serão feitos para as regiões. Mas quando isso vai ser implementado? Porque estamos ouvindo esse discurso há muito tempo e nada tem acontecido.

Dentro da nova política, os técnicos do Ministério querem negociar com os reitores das universidades a inclusão de uma matéria no currículo do curso de Medicina, a formação do médico de família. Segundo o Ministro tal medida aumentará o atendimento às pessoas e evitará a superlotação nos hospitais.

Eu tenho cinquenta e quatro anos, estou acostumada com o médico de família – isso é uma coisa muito antiga. O médico de família de há muito deveria ter tido uma atenção especial, porque isso não só atenderia a população de baixa renda, mas evitaria a superlotação nos hospitais. Possuímos esses mecanismos, como o médico de família, os postos comunitários, os atendimentos primários de saúde, a questão da medicina preventiva. Então, não há nenhuma novidade, e é bom que se diga.

Quando o Sr. Ministro diz que vai incluir matéria no currículo do curso de Medicina, a formação de médico de família, chamo a atenção para o atendimento nas escolas universitárias, que estão à deriva. Estou há dois anos batendo à porta dos Ministérios da Saúde e da Educação, porque independentemente da sigla partidária nós temos que ser humanos. Tenho assistido pessoas adultas morrerem nas filas esperando para fazer uma ponte de safena ou algo parecido, prin-

cipalmente as pessoas de baixo poder aquisitivo e, principalmente as nossas crianças.

O Hospital Universitário do Fundão tem uma obra inacabada que pode ser concluída com apenas R\$4 milhões – eu já disse isso desta tribuna -, eles poderão fazer esse atendimento de um prontocor infantil. O que está acontecendo? O ex-Ministro da Saúde não liberou esses recursos. O Ministro da Educação, com um pedido do Sr. Fernando Henrique Cardoso, o Presidente fez esse pedido para que fossem repassados esses recursos de R\$4 milhões, devido ao apelo que fiz ao Presidente, dizendo da necessidade de atender a essas crianças. Isso é um crime que estamos cometendo. Quanto estamos investindo nos banqueiros? O que são R\$4 milhões para o Fundão, com o fim de atender a essas crianças? Até agora os R\$4 milhões não saíram. Tentei colocar algumas emendas para o Fundão, e elas não foram absorvidas. Não sei mais o que fazer. Não tenho nenhum outro interesse em arranjar R\$4 milhões para o Fundão, isso sequer dá voto. Então, não é política que estou fazendo. Estou aqui como representante dos interesses do Estado, tenho um compromisso com essas crianças. Então, de novo, quero fazer um apelo aos Srs. Senadores e até mesmo aos apoiadores do Governo, para que peçam ao nosso Ministro da Saúde, Paulo Renato, para liberar esses R\$4 milhões para o Fundão. Se queremos ter médico de família, se queremos incluir no Currículo de Medicina a formação desses médicos, temos também que cuidar daquilo que já temos e está inacabado.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna – V. Ex^a fala de um item que é uma vergonha nacional: a saúde. V. Ex^a coloca muito bem ao dizer que aquele mastodôntico esqueleto, lá, do Fundão, podia estar servindo à população; está lá, vazio. Uma pirâmide à incompetência. V. Ex^a está clamando por justiça. E eu, solidário, só me preocupo com uma coisa: estamos tendo, Senadora, um surto de dengue em todo o País. Até em lugares que não têm água, como é o caso da Paraíba, tem pouca água, estamos tendo surto de dengue, e está faltando Tylenol para passar a dor. No ano passado V. Ex^a teve dengue e sabe o quanto dói e como se precisa de analgésico. Pois bem, esta é a situação da nossa Saúde, uma situação tão triste, que até mesmo analgésico está faltando. Solidarizo-me com o pronunciamento de V. Ex^a, dizendo que não é só o analgésico; temos que ver também o planejamento futuro, criando unidade. Essa unidade está criada; existem até estudantes em quantidade para trabalhar, médicos para trabalhar. Ou seja, para operar é barato. Não se consegue isso no Rio de Janeiro e nem os analgésicos para um surto de

dengue. Parece que, em vez de progredir, estamos regredindo, em termos de saúde pública.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a, incluindo-o para o enriquecimento do meu discurso.

São vários os fatores existentes, Senador Ney Suassuna. Estou perplexa, porque poderíamos ter tido um avanço maior nessa área. Por exemplo, o Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri, destaca que não será possível, no momento, criar um sistema de melhoria salarial para os médicos, como se fez no Ministério da Educação e do Desporto, através do Fundo de Valorização do Magistério, porque a maioria dos médicos brasileiros é da rede privada de hospitais.

Ora, se o Secretário Executivo do Ministério faz tal afirmação, como poderemos garantir qualidade? Faltam remédios; ainda que os tenhamos, faltam médicos, que não querem se submeter a um salário que não dignifica, que não permite que progridam no seu conhecimento.

O Ministério definiu três formas de fiscalizar os bilhões que os Estados, os Municípios e o Governo Federal devem investir no setor de saúde em 1998.

Afirma que uma delas é utilizar os conselhos de saúde instalados nos Estados e Municípios. A outra é avançar no controle informatizado do SUS.

Ora, o Ministro já enumerou os principais sintomas que diagnosticam a saúde no País e apontam os caminhos terapêuticos para saná-los. O que está faltando senão, neste exato momento, ter uma atitude mais ousada?

Não adianta o Presidente da República dizer que só sabemos fazer críticas: estamos propondo, existe uma proposta colocada; o campo popular democrático sempre olhou com muito cuidado as áreas de educação e de saúde, em relação às quais levantamos bandeiras.

Vemos agora o Ministro dizer que dispõe de recursos limitados, que irá sanear, fazer isso e aquilo, mas ainda não definiu um programa básico para a saúde da família; no seu texto, apenas generalizou e disse que os municípios irão controlar e administrar os recursos repassados pelo Estado; sabe que é ineficiente a fiscalização de cada ato médico ou a correta aplicação de recursos pelo poder público local; portanto, o Ministério vai intensificar o trabalho das auditorias contábil e médica.

Diante de tudo isso, tendo eu e o Senador José Alves, Relator da matéria, participado de uma CPI que investigou arbitrariedades nos atendimentos aos idosos, nas santas genovevas da vida, não vimos no

pronunciamento do Ministro nada que pudéssemos identificar como projeto e programa para os idosos, com relação às clínicas de apoio.

Passo a abordar a questão dos pacientes terminais.

Desta tribuna, já disse e vou repetir: estou vivendo dias terríveis, pois tenho uma irmã que está com CA, em estado terminal, a qual se encontra em casa, com enfermeira. Estamos utilizando todos os recursos possíveis para lhe dar um mínimo de tranquilidade, a fim de que possa repousar em paz.

Isso nós estamos fazendo! Mas tenho certeza de que a maioria do povo brasileiro não tem condição para tal. É desumano não se ter um atendimento para pacientes terminais, sejam CA ou portadores de HIV. Não vimos ainda um programa para os portadores de deficiência. Já falei aqui do Hospital Universitário.

Devemos apoiar as ações do Governo Federal sem nenhum escrúpulo ideológico, desde que não se manifestem apenas por uma carta de intenções, desde que seja realmente um programa de implemento, o qual possamos discutir, para respaldá-lo.

Temos visto cartas e mais cartas de intenções, palavras de ministros e de Presidente em rede nacional, mas não temos visto essa política ser implementada.

Por isso, Sr^a Presidente, mais uma vez, solicito a V. Ex^a que determine o registro na íntegra do meu pronunciamento, porque o encontro realizado no Hotel Glória, com a participação de mais de setecentas mulheres, deu destaque à questão da saúde da mulher e trouxe uma contribuição para o Governo Federal, a fim de que seja imediatamente implementado o PAISM e outras políticas, por intermédio do SUS, em prol da melhoria da saúde feminina brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. BENEDITA DA SILVA EM SEU PRO- NUNCIAMENTO

Sr. Presidente,

Sr^{as} e Srs. Senadores:

Uma preocupação constante leva a um consenso, qual seja: existe uma ameaça pairando sobre a saúde da mulher. O avanço da Aids é o exemplo mais sombrio. O Brasil terá, no ano 2000, uma mulher portadora do vírus da Aids para cada homem, se o número de mulheres infectadas continuar a aumentar no mesmo ritmo registrado nos últimos sete anos. Em 1983, quando foram registrados os primeiros casos da doença no Brasil, a proporção era de 40 homens com Aids para cada mulher portadora do vírus. Nos últimos três anos essa diferença caiu e a proporção agora é de 3 homens para cada mulher.

Do total de casos da Aids notificados pelo Ministério da Saúde, até novembro do ano passado, 20% (vinte por cento) são do sexo feminino. A maioria das brasileiras com Aids vive em São Paulo (51%). Em seguida, vem o Rio de Janeiro (14%), Minas Gerais (7%), Rio Grande do Sul (6%) e Santa Catarina (4%).

Segundo pesquisa do órgão das Nações Unidas para a Aids (Unids), 40% das novas infecções que aparecem diariamente no mundo atingem mulheres, especialmente com idades entre 15 e 25 anos.

As mulheres africanas representam, hoje, o retrato mais cruel da epidemia de Aids. São vistas como uma ameaça, não como vítimas. Em geral, os homens se recusam a fazer testes e não informam suas mulheres quando estão contaminados. Estima-se que na África estejam 60% dos casos de Aids do mundo. Em Uganda, por exemplo, há seis mulheres doentes para cada homem.

Apesar dessa dramática realidade em relação à saúde da mulher, cada vez mais, as mulheres são reconhecidas como atores políticos. As mulheres estão ocupando, cada vez mais, espaços de poder participando mais de mecanismos para monitorar as políticas de saúde e comitês de mortalidade materna que estão sendo criados. A mídia abre espaços para as questões da saúde da mulher e dos direitos reprodutivos.

Pois bem. Refletindo sobre esta realidade, mulheres representantes de mais de 70 países reuniram-se, na semana passada (de 16 a 20 de março), no Hotel Glória do Rio de Janeiro para discutir e debater sobre globalização da saúde da mulher, políticas públicas direitos reprodutivos e sexuais no 8º Encontro Internacional Mulher e Saúde, o primeiro a ser feito na América Latina. O evento contou com mais de 700 mulheres que atuam no campo da saúde e dos direitos reprodutivos.

Os primeiros encontros foram realizados na Europa e os demais na Costa Rica, Filipinas e o último em Uganda. O Brasil foi escolhido como sede, porque tem se destacado no movimento de luta das mulheres. A unanimidade manifestada para que o Brasil sediasse o 8º Encontro deve-se à credibilidade política que as mulheres brasileiras adquiriram nas duas últimas décadas, em decorrência do grau de mobilização do movimento na área de saúde. As brasileiras, alias, são integrantes da linha de frente do feminismo em todo o mundo.

A Declaração da Glória, relatório com as principais conclusões do Encontro e que servirá de referência para a atuação das organizações feministas em todo o mundo, começa reconhecendo que nestes últimos 3 anos foram conseguidos avanços significativos na agenda do movimento de saúde das mulheres. No entanto, só através do fortalecimento de sua organização e do incremento de sua atuação será possível traduzir esses avanços em impactos sociais que alterem positivamente a qualidade de vida das mulheres no planeta. Há questões básicas nessa nova etapa que foi se inaugura, tais como: a reafirmação da saúde como Direito, a inclusão da Saúde, dos Direitos Reprodutivos e dos Direitos Sexuais como dimensões fundamentais do desenvolvimento e o resgate da centralidade do corpo e da sexualidade na teoria e prática feminista.

Uma constatação: em muitos países, é ausentes a perspectiva de gêneros na formulação de políticas públicas, particularmente no caso das políticas de saúde. A participação das mulheres continua limitada ao nível do desenho das políticas. Até mes-

mo em setores onde a participação das mulheres é maior, não houve uma efetivação das políticas, como é o caso da implementação de resoluções da Conferência do Cairo (Plano de Ação) e da Plataforma de Beijing. Na maioria dos países o que acontece é uma pálida interpretação dessas decisões.

"Necessitamos abrir um debate sistemático e consistente se queremos desenvolver uma agenda política para o futuro. Conseguir ganhos nos direitos o futuro. Conseguir ganhos nos direitos de saúde da mulheres e controle sobre nossa reprodução e sexualidade requer que se focalize a transformação do Estado e o controle e regulamentação do funcionamento do setor privado."

Levando em consideração as interpretações de gênero, classe raça e etnia e com o objetivo de fortalecer os direitos da saúde das mulheres, as participantes do Encontro focalizam a discussão em 4 eixos:

1. *Obstáculos sistêmico para a saúde da mulher e seus direitos reprodutivos e sexuais;*
2. *Problemas que prejudicam o funcionamento das políticas que beneficiam potencialmente as mulheres;*
3. *Contribuições positivas que ocorreram nos últimos anos;*
4. *As estratégias que as mulheres estão usando ou poderão usar para fazer avançar a questão dos direitos da saúde das mulheres.*

As mulheres participantes do 8º Encontro voltarão para suas casas mais preocupadas do que otimistas. Apesar dos avanços significativos e da constatação de que o movimento se fortaleceu e ampliou sua atuação no campo da saúde reprodutiva e da sexualidade, muitas das propostas feitas no último Encontro, em Uganda, continuam apenas nas intenções. A última década foi rica em conquistas que no entanto, ainda precisam ser concretizadas em muitos países. Precisamos construir e fortalecer a solidariedade na luta pela melhoria da qualidade de vida das mulheres. Nesse sentido, a Declaração da Glória faz as seguintes recomendações, entre as mais importantes:

- * Cria mecanismos legais nacionais para a aplicação dos tratados internacionais referentes aos direitos das mulheres.

- * Pressionar os governos no intuito de assegurar seu compromisso em relação aos direitos reprodutivos e sexuais no contexto da saúde da mulher, fortalecendo uma genuína prestação de contas entre políticas e programas; e para integrar melhor os programas sobre Aids e os direitos reprodutivos.

- * A violência de gênero deve ser reconhecida como uma questão de saúde pública, com efeitos negativos na saúde física e mental, no bem-estar das mulheres.

- * É urgente que se façam pesquisas para identificar e avaliar os impactos negativos da violência de gênero na saúde das mulheres. Os resultados das pesquisas devem ser disseminados e divulgados.

- * Intensificar a promoção de treinamento e sensibilização para os profissionais de saúde e influenciar no currículo para a capacitação no pré-serviço dos médicos e dos profissionais de saúde. Os profissionais de saúde devem ser sensibilizados e capacitados no diagnóstico da violência doméstica, nos sistemas de saúde pública.

- * Devem ser criados mecanismos legais e internacionais de direitos humanos para eliminar a violência de gênero.

- * Fazer campanha para uma legislação de trabalho efetiva e sua implementação nas áreas da saúde ocupacional das mulheres assim como os benefícios relacionados com a maternidade e a reprodução.

- * Intervir nas políticas educacionais para eliminar os preconceitos de gênero e incrementar uma educação para a cidadania. Atenção especial deve ser dada ao treinamento dos professores primários para uma sensibilização de gênero e educação sexual.

Era o que tinha a dizer.

DECLARAÇÃO DA GLORIA

As 401 mulheres vindas de 72 países reunidas na cidade do Rio de Janeiro reconhecem que nestes últimos 3 anos foram conseguidos avanços significativos na agenda do movimento de saúde das mulheres. No entanto, só através do fortalecimento de sua organização e do incremento de sua atuação será possível traduzir esses avanços em impactos sociais que alterem positivamente a qualidade de vida das mulheres no planeta.

Há questões básicas nessa nova etapa que aqui se inaugura tais como: a reafirmação da saúde como um Direito, a inclusão da Saúde, dos Direitos Reprodutivos e dos Direitos Sexuais como dimensões fundamentais do desenvolvimento e o resgate da centralidade do corpo e da sexualidade na teoria e prática feminista.

No contexto de avanço dos direitos de saúde das mulheres, nos encontramos com uma diversidade de situações em relação aos diferentes países e regiões e também com diferentes posições políticas, o que nos coloca diante de uma complexidade de problemas que exigem uma diferenciação na definição de prioridades e estratégias. Reconhecer essas diferenças nos leva, portanto, a diversificar ações e trabalhar no sentido da complementariedade levando em conta as interrelações de gênero, classe, raça e etnia.

Na definição de estratégias com o objetivo de fortalecer os direitos da saúde, as participantes desse Encontro focalizam a discussão em 4 eixos: (i) obstáculos sistêmicos para a saúde da mulher e seus direitos reprodutivos e sexuais; (ii) problemas que prejudicam o funcionamento das políticas que beneficiam potencialmente as mulheres; (iii) contribuições positivas que ocorreram nos últimos anos; (iv) as estratégias que as mulheres estão usando ou poderão usar para fazer avançar a questão dos direitos da saúde das mulheres.

i) Obstáculos Sistêmicos

O fundamentalismo do mercado traduzido em políticas econômicas e o fundamentalismo religioso que busca reforçar hierarquias de gênero, constituem ambos hoje os maiores problemas sistêmicos com os quais as mulheres se confrontam em relação aos seus direitos na área da saúde. A globalização dos sistemas produtivos, financeiros e dos mercados, as políticas de ajuste estrutural e a crescente crise econômica em muitos de nossos países tem conduzido a cortes severos nos orçamentos dos serviços públicos de saúde. A proposta de recuperação de custos através de taxas cobradas aos usuários como método para financiar o setor da saúde, reduziu o acesso, aumentou a desigualdade no acesso ao atendimento aos serviços de saúde. A crescente privatização dos serviços, o desequilíbrio entre medicina preventiva, promocional e curativa, e a falta de normatização (que afetam tanto os custos como a qualidade dos serviços) são outros resultados diretos da globalização. O colapso e/ou reestruturação das formas de organização dos governos em muitos países abriu um leque de novos problemas em adição aos antigos problemas de insensibilidade para a questão de gênero, ineficiência e corrupção. Muitos países do mundo vivem conflitos armados ou insurreições em seus territórios que são direta ou indiretamente resultados de desigualdades econômicas e sociais, e da falta de controle da venda de armas e drogas. Esse fato está destruindo a vida de mulheres e de crianças, a maioria das vítimas e dos refugiados. A dominação patriarcal e seu corolário de violência contra as mulheres (incluindo terríveis práticas como a mutilação genital de mulheres) continua imbatível e pode até ficar exacerbada pela crise econômica, política e cultural. Esses são alguns dos maiores problemas que contribuem para a crise na saúde que as mulheres enfrentam hoje.

Por outro lado, os fundamentalismos religiosos tem tentado anular nossas conquistas, com o objetivo de empurrar as mulheres para os limites dos controles patriarcais sobre nossos corpos, reprodução, sexualidade e saúde.

Além disso, especialmente nos Estados Unidos, o poder econômico dominante no mundo hoje, os discursos neo-maltusianos estão ressurgindo ameaçando seriamente os ganhos que as mulheres conseguiram nos

últimos anos abrindo o debate público dos direitos reprodutivos e sexuais das mulheres. Essas opressões se reforçam mutuamente e constituem o difícil contexto no qual as mulheres estão lutando para obter uma melhor qualidade e acesso aos serviços de saúde, para ligar saúde com economia e justiça social e para ganhar o controle sobre suas vidas e seus corpos, especialmente na esfera da sexualidade e da reprodução.

ii) Problemas que prejudicam o funcionamento das políticas potencialmente benéficas

Um fator crítico limitador observado em muitos países é a ausência da perspectiva de gênero na formulação de políticas públicas, particularmente no caso das políticas de saúde. Além disso, a participação das mulheres permanece limitada ao nível do desenho das políticas. Até mesmo nos setores onde a participação das mulheres é maior, não houve uma tradução efetiva na transformação das políticas como é o caso da implementação de Cairo e Beijing.

Na maioria dos países o que acontece é uma pálida interpretação das resoluções de Cairo e de Beijing: a implementação de modelos verticais, e renomeações de "saúde reprodutiva para programas de planejamento familiar pré-existentes. Em alguns cenários, esse fato tem sido diretamente promovido pelas próprias agências financiadoras. Em outras situações, as políticas acordadas foram apenas parcialmente implementadas. Os programas não foram ampliados para todas as áreas ou regiões nem dão cobertura a todas as mulheres. Na maioria dos casos, as mudanças nas políticas ficaram apenas no nível da retórica. Ironicamente, se observou que as mulheres estão chegando ao cenário político exatamente no momento em que o poder e os recursos do Estado estão sendo enormemente reduzidos. Finalmente uma enorme distância ainda persiste entre as leis que existem favoráveis às mulheres, os processos judiciais e a realidade cotidiana.

Apesar do Vaticano ter sofrido derrotas nas Conferências mais recentes, a influência da Igreja Católica nos políticos ao nível nacional está longe de desaparecer. Entretanto, em alguns países muçulmanos as agências das Nações Unidas mantêm parcerias com escolas conservadoras muçulmanas e do Corão que promovem educação para meninos e meninas com desigualdade de acesso e conteúdos.

Os governos, em alguns casos, estão se apropriando do discurso e dos serviços criados pelas mulheres apenas para atingir seus interesses sem se preocupar com as reais necessidades das mulheres.

O curto prazo e o financiamento orientado para o serviço está levando as organizações de mulheres entretanto a substituir o setor público no atendimento à saúde. A deterioração dos serviços públicos está aumentando a pressão sobre as ONGs no intuito que elas ofereçam serviços que acabam por comprometer a qualidade do atendimento que elas podem oferecer. Ao nível dos serviços, um importante obstáculo é o treinamento dos médicos e profissionais de saúde que não enfatiza o enfoque compreensivo ao serviço que as mulheres necessitam e querem ter.

Na área da pesquisa o obstáculo é encontrado na ausência ou limitação de bons indicadores de saúde, principalmente na área da saúde reprodutiva. Embora exceções devam existir, normalmente os dados disponíveis não são desagregados por gênero.

Finalmente, em muitos países, é muito difícil monitorar ou assessorar a implementação de políticas desde já que não há mecanismos claros e transparentes de avaliação.

iii) Contribuições Positivas

As mulheres são cada vez mais reconhecidas como atores políticos significando uma possibilidade maior de mudanças na percepção e consciência de gênero. As mulheres estão cada vez mais ocupando espaços de

poder; estão participando mais de mecanismos para monitorar as políticas de saúde; os comitês de mortalidade materna estão sendo criados; e a mídia está dando mais espaço para as questões da saúde e dos direitos reprodutivos.

O diálogo entre as organizações de pesquisa internacionais na área da saúde reprodutiva e as organizações de mulheres aumentou. Alianças foram criadas entre as organizações de mulheres e mais importante ainda, os documentos negociados estão sendo considerados instrumentos úteis para pressionar políticos e legisladores e para incrementar as reivindicações das mulheres. Apesar dos contextos políticos adversos, incluindo ditaduras militares em alguns países, as organizações de mulheres conseguiram avançar alguns passos na implementação da Plataforma de Beijing e do Plano de Ação do Cairo. Como resultado dos longos e duros anos de campanhas e construção de alianças pelos grupos de saúde da mulher, estamos hoje envolvidas em diferentes níveis em formação e implementação de políticas e temos maior probabilidade de influenciar programas governamentais.

Tendo que fazer face a poderosas forças de oposição, o movimento de mulheres tem muito a ganhar com o incremento de diferentes estratégias e necessita também construir e fortalecer a solidariedade na luta pela melhoria da qualidade de vida das mulheres.

a) Transformando o Estado e Controlando o Setor Privado

Necessitamos abrir um debate sistemático e consistente se queremos desenvolver uma agenda política para o futuro. Conseguir ganhos nos direitos de saúde das mulheres e controle sobre nossa reprodução e sexualidade requer

que se focalize a transformação do Estado e o controle e regulamentação do funcionamento do setor privado.

- * Manter o nível e qualidade do debate público em relação a nossa saúde e direitos reprodutivos e sexuais e trabalhar por legislação e outras reformas incluindo a legalização do aborto e não discriminação vis a vis a orientação sexual.

- * Criar mecanismos legais nacionais para a aplicação dos tratados internacionais referentes aos direitos das mulheres.

- * Fazer críticas consistentes e se opor a qualquer política nacional e internacional que tragam impactos negativos para a saúde e os direitos das mulheres.

- * Manter a pressão sobre os financiados e governos no intuito de assegurar seu compromisso em relação aos direitos reprodutivos e sexuais no contexto da saúde da mulher, e fortalecer uma genuína prestação de contas entre políticas e programas.

- * Formular e implementar programas de colaboração entre as organizações de mulheres para o monitoramento da implementação das recomendações políticas do ICPD e da IV WCW.

- * Incrementar e Ampliar o estabelecimento de mecanismos participatórios no caso do desenho, monitoramento e avaliação das políticas em todos os níveis.

- * Avaliar o funcionamento e o impacto das estruturas governamentais voltadas para as questões das mulheres como os Conselhos de Direitos das Mulheres.

- * Pressionar os governos e as agências bilaterais e multilaterais para integrar melhor os programas de HIV-AIDS e os de direitos reprodutivos.

- * Fazer uma campanha para uma legislação de trabalho efetiva e sua implementação nas áreas da saúde ocupacional das mulheres assim como os benefícios relacionados com a maternidade e a reprodução.
- * Intervir no desenho das políticas educacionais com o objetivo de eliminar os predominantes preconceitos de gênero e incrementar uma educação para a cidadania; atenção especial deve ser dada ao treinamento dos professores primários para uma sensibilização de gênero e educação sexual.
- * Intensificar a promoção de treinamento e sensibilização para os profissionais de saúde, e influenciar no currículo para a capacitação no pré-serviço dos médicos e dos profissionais de saúde.
- * Iniciar e sugerir estratégias para controlar e regulamentar o setor privado e fazer um chamamento para a sua responsabilidade em relação aos direitos reprodutivos e sexuais no amplo contexto da saúde das mulheres.
- * Trabalhar para a redução do orçamento militar e o encaminhamento desses recursos financeiros para políticas sociais.
- * Trabalhar pela moratória da dívida externa dos países pobres e contra os programas de ajuste estrutural
- * Trabalhar em relação a uma clara separação entre a Igreja e as demais religiões do Estado.

b) Avaliar as conquistas conseguidas

- * Apesar de ser positivo que usualmente mulheres estejam envolvidas em diferentes níveis de tomados de decisão, nós precisamos avaliar seu desenvolvimento e os efeitos no movimento de mulheres.
- * É urgente nos próximos 3 anos, identificar, avaliar e dar visibilidade os passos conquistados pelas organizações de mulheres, nas diferentes regiões, para implementar o Programa de Ação do ICPD e a Plataforma da IV WCW.
- * Identificar e avaliar as experiências em políticas públicas negativas e positivas a fim de servir de referência num ação futura.

c) Fortalecendo o Movimento de Mulheres

Com a rapidez das mudanças políticas, econômicas e do meio ambiente cultural que enfrentamos quotidianamente, uma das prioridades mais importantes é fortalecer a capacidade do movimento de mulheres na área da saúde para enfrentar os próximos desafios. Necessitamos construir novas formas de solidariedade no intuito de valorizar e aprender das riquezas dos diversos contextos e estratégias.

- * Avaliar as experiências e estratégias desenvolvidas pelo movimento de mulheres no passado recente no intuito de identificar as conquistas e os erros, aquilo que nos une e aquilo que nos separa. É fundamental o reconhecimento das diferenças básicas para a construção da equidade entre mulheres.
- * Fazer avançar as reivindicações políticas das organizações de mulheres especialmente para as futuras gerações. Particular atenção para incrementar nosso conhecimento vis a vis o orçamento governamental.
- * Incentivar a criação de Redes e apoiar as redes de saúde da mulher já existentes.
- * Democratizar a informação e transformar nosso discurso assim como procurar amplas audiências através de nossos próprios movimentos.
- * As definições políticas devem ser adequadamente traduzidas para dar apoio aos níveis de trabalho dos grupos dos setores populares.

- * Incrementar a capacitação na Internet entre as mulheres com o objetivo de fortalecer o trabalho em rede e a solidariedade.

- * Duas campanhas específicas tem sido sugeridas: uma campanha internacional contra a mutilação genital feminina; a segunda, uma mobilização para a Declaração do Ano Internacional da Saúde da Mulher.

d) Construindo e Costurando Alianças

- * Há um forte reconhecimento entre diversos grupos de que as mulheres trabalhando sozinhas dificilmente conseguirão atingir seus objetivos. Entretanto, precisamos ser cuidadosas na construção e negociação de alianças e coalizões com outros setores.

- * Sensibilizar outras organizações de mulheres para a importância da saúde das mulheres e dos direitos reprodutivos e sexuais

- * Estabelecer relações fortes com as mulheres parlamentares e todas aquelas que estão em lugares de decisão política.

- * Trabalhar mais de perto e formular agendas conjuntas com as organizações e Redes de Direitos Humanos afim de consolidar um suporte político para a questão dos direitos reprodutivos e sexuais.

- * Consolidar e ampliar as relações entre o movimento de mulheres e a comunidade acadêmica no intuito de conseguir um forte impacto nas pesquisas, na capacitação, na coleta de dados e no desenvolvimento de indicadores relacionados com a saúde.

- * Trabalhar para sensibilizar a comunidade de profissionais da saúde, especialmente os gineco-obstetras, a enfermeira e as parceiras.

- * Alcançar, sensibilizar e envolver os jovens, mulheres e homens nos aspectos referentes a seus direitos e sua saúde.

Referente Especificamente à Mídia

- * As organizações de mulheres devem incrementar cada vez mais o uso da mídia e encontrar maneiras criativas para introduzir e manter as nossas temáticas no debate público. Isso significa fazer esforços para influenciar as mensagens da mídia, manter um dialogo que permita a sensibilização dos profissionais da mídia.

Tecnologia

- * Fortalecer o dialogo com a comunidade de pesquisadores de contraceptivos para que essas pesquisas e o desenvolvimento da tecnologia sejam monitorados de perto, assim como também os impactos dos processos de privatização na área clínica para que ações sejam tomadas no tempo devido.

- * Monitorar o processo de novos medicamentos sejam eles desenvolvidos pelo setor público ou privado.

- * Trabalhar para ampliar o acesso para o desenvolvimento de novos contraceptivos, para que se focalize não só os métodos mas também a relação sexual, o prazer sexual e os perigos da transmissão do HIV.

- * Tornar públicas e mobilizar campanhas contra os testes clínicos que são realizados por grupos privados que não estão submetidos a regras de regulação das pesquisas.

- * Considerar a possibilidade de construir consórcios e redes de pesquisa feministas.
- * Fortalecer o diálogo através do movimento de saúde da mulher e sua capacidade de enfocar o tema dos contraceptivos perigosos e daninhos.
- * Trabalhar contra a super-medicalização da saúde e do corpo da mulher
- * Fazer uma campanha contra o excessivo uso e abuso da esterelização.

Aborto

Aborto ilegal e sem segurança continua até hoje como uma das maiores causas de dano para a saúde física e mental das mulheres. As estratégias de aborto vistas pelo movimento de mulheres devem ser consideradas não apenas como um problema de saúde ou legal mas como uma temática de gênero e de justiça social.

- * Aprender da história e da experiência de países que passaram pelo processo de legalização do aborto.
- * Compartilhar informação sobre as estratégias anti-aborto no intuito de contrapor a oposição a ele.
- * Promover a capacitação de parteiras para a realização de um aborto seguro
- * Educar mulheres na regulação de técnicas menstruais
- * Ter depoimentos públicos no nível dos setores populares como por exemplo: "Eu tive um aborto ilegal".

HIV/AIDS

As condições sociais e as relações de gênero que constituem o meio ambiente pandêmico do HIV são os mesmo que afetam os direitos sexuais e reprodutivos em geral. Portanto, é essencial trabalhar para a ampliação e uma aproximação mais sensível de gênero ao HIV do que acontece normalmente nas políticas e programas.

- * Trabalhar para a legislação anti-discriminatória nas áreas to serviços de saúde, alojamentos, abrigos, o direito de fazer sexo e o direito de ter filhos.
- * Integrar o conhecimento em HIV/AIDS quando se ensinam as mulheres sobre seu corpo e como negociar sexo seguro
- * Pressionar pela prevenção de STD afim de reduzir a vulnerabilidade à infecção por HIV.
- * As mulheres devem ser encorajadas a verificar as condições delas e de seus parceiros em relação ao HIV quando eles desejam ter filhos.
- * Grupos que trabalham com mulheres a AIDS e os grupos que trabalham com as temáticas da saúde das mulheres devem tratar de encontrar pontos comuns e trabalhar para ganhar fortalecimento e solidariedade nos próximos 3 anos.
- * Construir pontes com os grupos de homens que trabalham com HIV.
- * Incentivar o acesso aos serviços para HIV positivo de mulheres quando procuram os serviços de saúde em geral

- * Monitorar a distribuição de medicamentos contra a AIDS para assegurar seu acesso
- * Trabalhar para assegurar que os processos de pesquisa sejam feitos eticamente.
- * Monitorar os medicamentos que se tornam disponíveis e seus custos.

Saúde no Trabalho

No contexto da globalização, deve ser dada especial atenção aos impactos da flexibilização das relações de trabalho sobre a saúde das mulheres. A crescente perda dos benefícios sociais, a precariedade cada vez maior das condições de trabalho e a dupla jornada, o assédio sexual e as diferentes formas de controle no mundo do trabalho tem afetado a qualidade de vida e a saúde das mulheres.

- * Mobilizar os sindicatos com vistas a equidade de gênero, à saúde das mulheres e às questões de seus direitos.
- * Dar visibilidade ao impacto das condições trabalhistas sobre a saúde das mulheres incluindo os efeitos nocivos do trabalho doméstico.

Violência de Gênero

- * A violência de gênero deve ser reconhecida como uma questão de saúde pública com efeitos negativos na saúde física e mental no bem estar das mulheres.
- * É urgente que se façam pesquisas para identificar e avaliar os impactos negativos da violência de gênero na saúde das mulheres. Os resultados das pesquisas devem ser disseminados e divulgados.
- * Os profissionais de saúde devem ser sensibilizados e capacitados no diagnóstico da violência doméstica nos sistemas de saúde pública.
- * Devem ser criados mecanismos legais e mecanismos internacionais de direitos humanos devem ser fortalecidos a nível nacional no intuito de prever e eliminar a violência de gênero.

Referente as Recomendações para a Próxima Reunião da IWHM

- * Elaborar e disseminar a história deste Encontro, sublinhando os debates mais importantes, as estratégias delineadas e impactos no tocante à transformação positiva da saúde das mulheres e seus direitos reprodutivos e sexuais.
- * Definir os critérios de participação que favoreçam a presença de ativistas reconhecidas e encorajar o envolvimento de outros setores e de mulheres jovens.
- * Desenhar metodologias participativas que encorajem e favoreçam os processos de participação das mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Junia Marise) – Na forma do Regimento, a Mesa determina a publicação, na íntegra, do pronunciamento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Alves. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, o Presidente da República, na cerimônia de posse do Conselho Consultivo do Programa Comunidade Solidária, fez pronunciamento que teve repercussão, sobretudo em virtude da introdução de nova palavra no vocabulário brasileiro. Não que ela exista no **Aurélio**, mas, como o Presidente a usou, talvez venha a fazer parte dos novos dicionários da língua portuguesa.

Passo a ler o parágrafo conclusivo dito ontem pelo Presidente:

"E para concluir, e digo isso é opinião de todos, na área da Fazenda também, não será através do mercado que isso se resolve, será através dessa soma de esforços que se edificam, aí sim, a partir de bases sólidas do mercado, mas que tem de ser muito mais do que só o mercado, e só quem não tem nada na cabeça é que fica repetindo que o governo só se preocupa com o mercado, que é neoliberal. Eu já disse isso uma vez, isso é neobobismo".

Ora, o que será "neobobismo"? Aqui está a explicação do President^e Fernando Henrique, que está se referindo àqueles que criticam o Governo por levar adiante uma política qualificada de neoliberal.

A palavra neoliberal também não está no **Aurélio** e nos dicionários modernos da língua portuguesa. Eu mesmo tenho algumas restrições ao sentido da palavra, tão utilizada por pessoas no espectro político, na esquerda. Já ouvi, por exemplo, líderes dos mais diversos Partidos, do centro à esquerda, criticarem o que seria a política neoliberal; já ouvi o Presidente Fidel Castro, de Cuba, e outros Líderes internacionais criticarem o que seria a política neoliberal, mas tenho algumas dúvidas sobre o sentido completo dessa palavra. De alguma forma, poderia significar que política neoliberal é aquela levada adiante por quem avalia que os instrumentos de mercado seriam suficientes para resolver toda a problemática de desenvolvimento socioeconômico de

um país. Mas essa palavra, de fato, tem que ser analisada criticamente.

Primeiro, se alguém quiser se referir ao liberalismo no sentido da língua e da tradição anglo-saxônicas, precisa levar em conta que a palavra liberal, em inglês, tem o sentido justamente do que significaria progressista. Nos Estados Unidos, os que são qualificados como liberais são, sobretudo, os democratas mais avançados, que se contrapõem aos republicanos mais conservadores.

Então, o que é exatamente o neoliberalismo? Seria alguma forma de se qualificar o sentido de uma política econômica? Muito mais do que estarmos falando em neoliberalismo ou em "neobobismo", seria próprio irmos ao cerne da política econômica e de seus resultados.

Será que os resultados nos campos econômico e social do Governo de Fernando Henrique Cardoso podem ser considerados como muito adequados? Será que os resultados decorrentes da coordenação de esforços do Conselho da Comunidade Solidária podem realmente ser considerados como satisfatórios? Pois, por melhor que sejam as intenções da Senhora Primeira-Dama, Ruth Cardoso, por mais meritórios que sejam os programas abraçados e coordenados pelo Conselho da Comunidade Solidária, estes, até agora, não conseguiram reverter a natureza do sistema socioeconômico de desenvolvimento excludente que caracteriza a economia brasileira. E podemos utilizar os próprios dados do IBGE para constatar que o Brasil continua sendo um dos campeões mundiais da desigualdade socioeconômica.

Aqui tenho este quadro demonstrativo da desigualdade da renda no Brasil, no qual organizei a evolução da participação na renda dos 10% mais pobres, dos 10% mais ricos e, depois, dos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres no Brasil. Gostaria de assinalar que, acompanhando alguns desses dados, podemos observar que sua evolução é claramente no sentido de ainda termos, no Brasil, uma situação de alta concentração da renda e da riqueza.

Em 1986, ano do Plano Cruzado, a relação da participação na renda dos 10% mais ricos, com respeito à participação na renda dos 40% mais pobres, era de 4,8%, ou seja, a parcela dos 10% mais ricos era 4,8 vezes maior do que a dos 40% mais pobres.

Nos anos seguintes, a renda concentrou-se mais ainda. O referido indicador alcançou 6,1% em 1990; 6,5% em 1993 e chegou ao máximo de 7,2% em 1994. Bem, o que aconteceu nos últimos dois anos será algo tão brilhante assim?

Os efeitos do Plano Real se fizeram sentir, sobretudo em 1995, quando o indicador caiu significativamente de 7,2%, em 1994, para 6,4, em 1995. Mas voltou a aumentar, ainda que moderadamente, em 1996, situando-se no nível de 6,5%. Portanto, os índices para 1995 e 1996 são praticamente iguais aos de 1993, e o índice de 1996, repetindo, de 6,5%, é pior do que todos os resultados observados no Brasil entre 1985 e 1992.

A despeito do Plano Real, a distribuição da renda em 1995 ainda era pior do que em 1990, ano marcado por uma hiperinflação aberta, no primeiro trimestre, e pela recessão provocada pelo Plano Collor, no segundo e terceiro trimestres.

Portanto, será possível o Presidente Fernando Henrique Cardoso avaliar seu plano como adequado, positivo? Poderá Sua Excelência estar tão entusiasmado com a situação socioeconômica brasileira, a ponto de estar criticando aqueles que avaliam como inadequados os seus esforços para melhorar a distribuição da renda?

Vejamos alguns trechos do pronunciamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso:

"Todos os nossos programas são de cunho universalista no Governo. Evidentemente, um programa piloto não pode ser universalista. É uma área, até porque há áreas onde há problemas emergentes, que têm que ser enfrentados. É natural que assim seja, mas a orientação da política social tem que ser de cunho universal: educação, saúde, habitação, saneamento, renda mínima, assistência social."

Sua Excelência aqui fala como se o Programa de Garantia de Renda Mínima fosse já de caráter universal.

Diz o Presidente:

"O Governo está gastando mais na área de cesta básica. Dobramos o número de cestas básicas, de 3,5 milhões eu creio, para 7 milhões, algo assim."

Disse o Presidente que está gastando menos com cesta básica, mas distribuindo um maior número delas.

Aqui, há um aspecto importante que gostaríamos de analisar com os responsáveis pelo Governo, com os seus Ministros, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, a fim de sabermos se realmente a sistemática de distribuição de cestas básicas é a mais racional.

Já expressei, inúmeras vezes, a minha opinião de que a distribuição de cestas básicas – que justamente no ano de 1996 ganhou um grande impulso, mais precisamente nos meses de julho, agosto, setembro, outubro, às vésperas das eleições, e em novembro, durante o segundo turno das mesmas – não é a forma de se conceder maior grau de cidadania.

É preciso que passemos a adotar critérios mais racionais de ataque à miséria e pobreza.

Diz o Presidente:

"Mas não há dúvida nenhuma de que, nessas áreas que mencionei, o Governo vai, não é que vai gastar mais, vai oferecer crescentemente mais à sociedade, porque o País tem consciência das suas deficiências, que são gritantes na área social, e, portanto – estou de pleno acordo –, queiramos ou não, e nós queremos, o País exige um esforço maior na reforma agrária, na educação, na educação de base, na questão da extensão da merenda escolar, na questão de livros escolares, na melhoria do atendimento da formação do professorado. Exige mais no seu elemento básico, em água, etc."

Sobre isso não tenho discordância.

Aí o Presidente faz menção ao projeto de renda mínima nos seguintes termos:

"Quando a Ruth – o Presidente está se referindo à Primeira-Dama – disse aqui que a comunidade discutiu reforma agrária, discutiu renda mínima, é para isso mesmo, é para criticar. Renda mínima, nós temos um grande programa de renda mínima que é o programa na Secretaria de Assistência Social, na Previdência Social, onde nós estamos atendendo quantas pessoas, Ministro? – Acho que ele estava consultando algum Ministro – Centenas de milhares. Um milhão e meio de pessoas, quer dizer, o que significa dar uma renda mínima àqueles que não contribuíram, mas têm direito a renda mínima porque têm de sobreviver. Isso já existe no Brasil. Frequentemente eu vejo a discussão: precisamos criar um programa de renda mínima. Mas, meu Deus, já existe, e existem outros, nos municípios, juntando a essa idéia, a idéia de incentivo educacional, que é muito importante e tem de continuar e tem de difundir."

Ora, Sr. Presidente, Senador Levy Dias, V. Ex^a já sabia que existe em todo o Brasil, com caráter

praticamente universal, o projeto de garantia de renda mínima? "Mas, meu Deus, já existe", diz o Presidente.

Vamos por partes. Parece que o Presidente pelo menos abraçou a idéia do programa de renda mínima, e quero aqui cumprimentá-lo; Sua Excelência coloca como algo extremamente positivo, que merece constar de seu pronunciamento, como já existente. Menciona também que há um milhão e meio de pessoas que estão sendo beneficiadas com o referido projeto de renda mínima. Ora, penso que o Presidente exagerou. O demonstrativo do quantitativo dos programas de benefício aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência, beneficiárias da renda mensal vitalícia e do benefício de prestação continuada no mês de janeiro de 1997, segundo os dados do Ministério da Previdência e da Secretaria de Assistência Social é um pouco mais modesto do que o anunciado ontem pelo Presidente.

Em janeiro de 1995, os benefícios de prestação continuada foram de 45.523; renda mensal vitalícia, 264.975; totalizando 310.498. Pessoas portadoras de deficiência e inválidas com benefício de prestação continuada, 339.630 mais 447.464 com renda mensal vitalícia. Total, 767.984. Então, idosos mais pessoas portadoras de deficiência e inválidos, isso totaliza 1.097.592. Portadores de deficiência e idosos pertencentes a famílias carentes com uma remuneração média menor do que um quarto de salário mínimo têm direito a receber um salário mínimo e já chegam a 1.097.

Obviamente, isso é um passo. Mas o que temos aqui propugnado, quando defendemos o direito de todas as pessoas em partilharem minimamente da riqueza nacional é justamente prover-se de forma universal, como, aliás, aceita o Presidente, de que todos os programas educacionais de saúde, programas que visem garantir a cidadania, devem ser universais. Isso pregamos há tempos. Conquistamos, certa vez, o voto do próprio Presidente. Se o Presidente já abraçou a idéia no sentido de considerá-la positiva, é preciso que Sua Excelência, de forma inteligente e à altura de seu extraordinário conhecimento e inteligência, venha reconhecer que ainda não temos um programa universal de direito à renda mínima, e que esse projeto está ainda por ser apreciado e votado na Câmara dos Deputados. Está agora no Senado Federal, uma vez que, naquela Casa, aprovou-se um projeto modesto, resultante do projeto do Deputado Nelson Marchezan, que ganhou um substitutivo do Deputado Osvaldo Biolchi, do PTB do Rio Grande do Sul, levando em conta projetos bolsa-escola, do Deputado Chico Vigilante, e o de Renda Mínima, do Deputado Pedro Wilson e dos Deputados Federais do PT do Distrito Federal e de

Goiás, que, no Senado Federal, encontrarão não apenas o histórico do projeto aqui discutido em 1991, mas ainda as contribuições de Senadores como a do Senador José Roberto Arruda, que propõe a criação da bolsa-escola, e a do Senador Ney Suassuna, que propõe o projeto de garantia de renda mínima relacionado à educação e outras proposições. Aliás, o Senador Lúcio Alcântara está estudando a formulação da melhor proposta.

Ora, Sr. Presidente, é preciso que o Presidente Fernando Henrique Cardoso esteja com a consciência clara de que até agora a política econômica desenvolvida por seu Governo não conseguiu mudar estruturalmente a péssima distribuição da renda e da riqueza. O programa de reforma agrária ainda é insuficiente e está sendo realizado num ritmo aquém do necessário para transformar a estrutura fundiária tão intensamente desigual como a que presenciamos.

Mais do que o projeto de garantia de renda mínima, faz-se necessário também estimular e levar em conta as iniciativas como a do crédito popular, a do estímulo às cooperativas, formas cooperativas de produção que faz com que as pessoas possam partilhar melhor o usufruto da riqueza em nossa Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concluí o meu pronunciamento pontualmente, conforme o relógio indica.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, a Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Foi V. Ex^a extremamente pontual.

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje, analisarei um tema que ontem esteve em evidência na cidade de Joinville, Santa Catarina, que considero de fundamental importância para o Brasil. Trata-se de um convênio celebrado entre a Prefeitura municipal do Estado e o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico de Joinville.

Dentre as muitas deficiências do nosso sistema de saúde, nos tem saltado aos olhos as clamorosas falhas alcançadas por nossa medicina preventiva. Sem falarmos na falta de investimentos em saneamentos e em programas competentes de nutrição para as populações mais carentes, nossas campanhas nacionais de vacinação, Sr. Presidente, têm, salvo raros exemplos, logrados total fracasso.

Como se não bastasse nosso povo peregrinar com suas doenças pelos serviços públicos de saúde, sem encontrar alívio eficaz para seus males e suas dores, estamos agora perdendo nossa capacidade de evitar preventivamente muitos desses males. Por duas vezes nos últimos oito meses, expusemos nossas crianças a sérios riscos, durante as últimas tentativas de empreendemos campanhas de vacinação contra difteria, coqueluche e tétano, usando-se vacinas do tipo DPT importadas de outros países.

Um dos grandes males que nos ameaçam é a evolução dos casos de hepatite B em nosso País. Hoje, um mal considerado endêmico em várias regiões brasileiras, a hepatite B avança impiedosamente sobre nós, sem que se consiga levar a cabo um programa eficaz de vacinação.

Através de concorrências internacionais que nem sempre se completam – a última realizada pela Fundação Nacional de Saúde em novembro de 1995 foi revogada –, o Brasil tem perdido milhões e milhões de dólares em divisas ao adquirir este produto de países como Bélgica, Suíça, França e outros. Esse estado de dependência externa, Sr. Presidente, deve-se ao fato de não termos ainda conquistado a única tecnologia recomendada pela Organização Mundial de Saúde para produção dessa vacina e de outros imuno-biológicos, ou seja, a Engenharia Genética Recombinante.

Porém, Sr. Presidente, chegou-me às mãos um conjunto de documentos que creio nos fará enxergar alguma luz no fim deste túnel. Estes documentos, já formalmente enviados aos Ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Indústria e do Comércio, criam a oportunidade nunca antes havida de, sem custos e sem endividamentos, ingressarmos no fechado clube dos países detentores dessa tecnologia.

A proposta que tive a oportunidade de examinar detidamente, Sr. Presidente – e qual conclamo esta Casa a não permitir que a Nação a desperdice –, garante a total conquista tecnológica para que se possa produzir no Brasil, através de engenharia genética recombinante, a vacina contra hepatite B, que tanto necessitamos, e também o medicamento oncológico de uso contínuo denominado Interferon Alfa.

Para se ter uma idéia do que isso representa, nossas necessidades atuais desses dois produtos exigirão, caso não se aproveite a oportunidade que ora se apresenta, evasão de divisas superiores a 100 milhões de dólares ao ano durante, no mínimo, os próximos cinco anos.

Por ser a transferidora da tecnologia uma empresa de nacionalidade argentina, este projeto ainda

encontra o confortável ambiente do Mercosul para se materializar em prazo efetivamente recorde.

Pela previsão de nossos parceiros, dentro de seis meses, a contar da efetivação do acordo, a nova fábrica entrará em operação com a capacidade inicial de produzir dez milhões de doses de vacina ao ano. Como garantia de nossa total soberania em todas as etapas, caberá ao Centro de Desenvolvimento Biotecnológico do Governo do Estado de Santa Catarina, localizado em Joinville, abrigar fisicamente a nova planta bem como coordenar todo o gerenciamento técnico, científico e operacional do projeto.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER – Pois não, Senador Bernardo Cabral, com muita honra.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Casildo Maldaner, a notícia que V. Ex^a traz a este plenário que, ao cabo de seis meses, pelo menos aproximadamente, teremos essa produção de 10 milhões de vacinas ao ano, é claro que com a responsabilidade de quem foi Governador, de quem sentiu na pele o drama que assola aqueles que necessitam da vacina em seu Estado, e é um problema nacional, ousei interrompê-lo apenas para cumprimentá-lo. Não queria, com o meu silêncio, deixar de registrar aqui um assunto desta natureza, que merece o apoio do Senado Federal.

O SR. CASILDO MALDANER – É com muita honra, eminente Senador Bernardo Cabral, que recolho o aparte de V. Ex^a, que só vem engrandecer e dar respaldo, sem dúvida alguma, ao tema que interessa, como diz V. Ex^a, não só a uma parte do Brasil, mas a todos nós, a todos brasileiros.

Registro, neste final do meu pronunciamento, o que os jornais de hoje do meu Estado noticiam. Dizem o seguinte:

"A defesa e os interesses maiores do nosso povo recomendam aos Ministérios, diretamente ligados à matéria em discussão e aqui citados, a urgente tramitação desse projeto, sob pena de o ver transformado em lamentável e histórica perda."

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao trazer este caso ao plenário, um tema que já é do conhecimento do Ministério da Saúde, do Ministério de Ciência e Tecnologia e também do Ministério de Indústria e Comércio, quero fazer um registro do que ontem ocorreu em Joinville, Santa Catarina:

"O Centro de Desenvolvimento Biotecnológico (CDB), a Prefeitura de Joinville, o laboratório argentino Pablo Cassará e a Tu-

cano Comércio, Exportação e Importação, representante da empresa alemã Rhein no Brasil, assinaram ontem protocolo de intenções que vai transformar o CDB na primeira instituição brasileira a fabricar a vacina contra a hepatite B, a partir de 1998 – quiçá antes ainda -. O acordo prevê a criação de uma **joint venture** para a transferência da tecnologia e a construção de duas novas unidades no centro, a segunda voltada à produção futura do Interferon Alfa.

(...) A produção inicial da vacina contra a hepatite B deverá ser de 10 milhões de doses por ano, cerca de um terço do consumo no Brasil. A fabricação vai gerar um faturamento de US\$20 milhões anuais"

Vejam bem, temos nos países subdesenvolvidos, na América Latina, apenas Cuba com essas condições de produzir, e depois dos países subdesenvolvidos é a Índia; ninguém mais tem. E através dessa empresa alemã, essa Cassará, da Argentina, que já tem o direito dessa tecnologia, poderemos fabricar a vacina. E assinou-se ontem, no Centro de Biotecnologia de Joinville, Sr. Presidente, esse convênio. E é possível, já antes de um ano, já para o ano que vem, produzirmos a vacina contra a hepatite B no Brasil.

Por isso, o hoje prefeito de Joinville, que participou desse convênio ontem, e que era Ministro da Ciência e Tecnologia no Governo José Sarney, Luiz Henrique da Silveira, participando como prefeito, firmou esse convênio ontem no Centro de Tecnologia que existe lá em Joinville. Isso vai ser uma conquista fantástica!

Estamos importando, por ano, da Suíça, da Bélgica e de um outro país cerca de US\$100 milhões; uma evasão de US\$100 milhões por ano! Teremos condições de fabricar no Brasil.

Faço um apelo da tribuna do Senado, na tarde de hoje, no sentido de que o Ministério da Saúde, o da Ciência e Tecnologia e o da Indústria e Comércio dêem atenção, coloquem seus técnicos para participar, junto ao Centro de Biotecnologia de Joinville, que está em função desse convênio.

Trata-se não só de uma ajuda ao Governo, mas aos brasileiros, para termos, cada vez mais, independência num campo tão sofisticado, tão importante.

Como esse fato ocorreu ontem, em Santa Catarina, gostaria de fazer esse registro.

Já que é do conhecimento desses três Ministérios – Saúde, Ciência e Tecnologia e Indústria e Comércio – faço esse para que nos incorporem nessa caminhada, para conquistarmos cada vez mais independência num campo tão importante.

Eram as considerações que gostaria de fazer neste plenário do Senado.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Casildo Maldaner, o Sr. Levy Dias deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Com a palavra o nobre Senador Humberto Lucena.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro de poucos dias espero ocupar a tribuna do Senado para me deter mais aprofundadamente na proposta de emenda constitucional que tramita na Câmara dos Deputados e trata da reforma administrativa, a qual tem como Relator o nobre Deputado Moreira Franco.

Desde logo, entretanto, desejo fazer algumas considerações sobre esse tema que deve, dentro de poucos dias, tomar conta do Plenário, não apenas da Câmara dos Deputados, mas também do Senado Federal. Não se pode negar a necessidade imperiosa da implantação de uma reforma administrativa no País. Mas quero chamar a atenção para o fato de que essa reforma tem que ser de cunho nitidamente racional. Em primeiro lugar, ela deve voltar-se para a reestruturação da organização do Estado, já que tivemos, em vários governos anteriores, algumas tentativas de reforma administrativa que terminaram por extinguir ministérios e outros órgãos da administração indireta, sem uma justificativa mais plausível.

Refiro-me, por exemplo, à extinção do antigo Ministério do Interior e, posteriormente, Ministério de Desenvolvimento Regional, que era um setor do Governo Federal voltado, todo ele, para uma política de integração, uma vez que não podemos negar que, apesar de todos os esforços dos governos que se sucedem na República, a distância entre as Regiões brasileiras ainda é muito grande, notadamente no que se refere às mais pobres, como o Norte e o Nordeste, que ficam realmente muito a dever em relação ao Centro-Oeste, ao Sudeste e mesmo ao Sudoeste.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, que foi, sem dúvida, uma das fases portentosas da vida nacional. O ilustre mineiro tem hoje um lugar de destaque na história como um dos nossos maiores estadistas não apenas do ponto de vista político, democrata sincero que o era, conciliador por excelência, mas também como executivo, como administrador. Não fora ele e não teríamos, como sabemos, conquistado o lugar tão importante no cená-

rio internacional, o que só aconteceu após a execução do seu célebre Programa de Metas Governamentais, do qual Brasília foi a meta-síntese, que constituiu, por assim dizer, a própria redescoberta do Brasil ou, melhor dizendo, a ocupação do Planalto Central, para que, aqui, pudéssemos fundar uma nova civilização, a civilização do cerrado, voltada para o engrandecimento do nosso País.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi graças a Juscelino Kubitschek de Oliveira que tivemos, no Brasil, uma política de integração regional das mais importantes, de vez que coube a S. Ex^a não apenas a criação da Sudene, mas também da Sudam, as duas principais agências de desenvolvimento regional, para fazer crescer cada vez mais o Nordeste e a Amazônia, graças à instituição do chamado incentivo fiscal, que trouxe recursos deduzidos do Imposto de Renda para o custeio dos projetos agrícolas, agropecuários, industriais e agroindustriais nas Regiões Nordeste e Amazônica.

Posteriormente, Sr. Presidente, o que aconteceu? Não sei por que os governos que se sucederam começaram a achar que o Ministério do Interior, que era o órgão encarregado justamente não só de planejar, mas de executar a política do desenvolvimento regional, deveria ser primeiro reformulado. Criou-se, então, o Ministério do Desenvolvimento Regional, do qual foi titular o ex-Ministro Aluizio Alves, no Governo Itamar Franco. Posteriormente, tivemos a sua extinção pura e simples, sob o argumento de que o Ministério do Desenvolvimento Regional – Ministério do Interior e depois do Desenvolvimento Regional – era um antro de corrupção, onde não se fazia senão fisiologismo.

Isso é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um verdadeiro absurdo. Se nos deixarmos levar por argumentos dessa natureza, praticamente não haveria nenhum ministério neste País, porque qualquer ministério está sujeito às forças do mal e às forças do bem.

O importante é ter, à frente de cada um, homens de responsabilidade, homens competentes e probos, como dizia Tancredo Neves ao ser eleito Presidente da República, para conduzir a coisa pública ao seu verdadeiro destino.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna – Senador Humberto Lucena, V. Ex^a traz à análise um assunto de suma importância, principalmente para o Nordeste. Se não tivermos um plano estratégico que busque diminuir essas diferenças regionais, cada vez mais teremos o distanciamento da economia de uma Região que já é sofrida pelo clima, onde ocorreu, por gerações e gerações, um empobrecimento que levou a população a perder o seu **status**, tendo hoje problemas sé-

rios. Mas, como bem disse V. Ex^a, não é só isso. É preciso que se reforme toda a máquina; e que se faça isso através da reforma fiscal, da reforma administrativa, da reforma da Previdência, mas sem deixar de olhar, como bem coloca V. Ex^a, para as áreas mais sofridas, porque não há um todo forte se há uma parte fraca. E essa parte hoje existe: Norte, Nordeste e Centro-Oeste não têm o **status** do restante do Sul e Sudeste. Mas é muito pior a situação do Nordeste, onde vive quase um terço da população do País, que, dia a dia, se distancia mais do restante do País. E o que é pior: no caso específico da Paraíba, em relação ao índice do desenvolvimento humano, obtido pelo PNUD, estamos em último lugar. É preciso que se crie e que se reformule para que possamos ter, pelo menos, uma homogeneidade de tratamento daqueles que, perante a lei, são iguais. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Eu que lhe agradeço, nobre Senador Ney Suassuna, pela sua participação no debate.

Devo acrescentar que, para piorar a situação, depois da extinção do Ministério de Integração Regional, criou-se no País a Secretaria do Desenvolvimento Regional, que é um órgão **sui generis**. Subordinado ao Sr. Ministro do Planejamento, tem como titular alguém que, por ser coincidentemente Secretário Executivo da Câmara de Desenvolvimento, passou a ter, por decisão do Senhor Presidente da República, o **status** também de Ministro, para efeito somente de percepção de vencimentos e outras vantagens inerentes ao cargo. O que equivale dizer que, hoje, temos como Secretário do Desenvolvimento Regional um Ministro que é subordinado a outro Ministro, o Ministro do Planejamento, o que, por si só, é algo esdrúxulo.

E essa Secretaria de Assuntos Regionais que, no momento, está entregue às boas mãos de um paraibano da categoria do Dr. Fernando Catão, ex-Secretário de Planejamento do Governo Ronaldo Cunha Lima, está inteiramente esvaziada. Basta dizer que, para o exercício de 1997, não havia sequer uma dotação orçamentária para fazer face às despesas que ocorressem no setor de defesa civil. Isto é, verbas indispensáveis para socorro das calamidades públicas.

Foi graças a um trabalho que efetuamos – junto com o Ministro Antônio Kandir e um grupo de parlamentares, entre os quais me incluí – que conseguimos abrir espaço no Orçamento Federal para um recurso da ordem de R\$60 milhões, que é o que existe para ser destinado à Defesa Civil em todo o País. Agora mesmo tivemos uma calamidade no Acre, uma enchente pavorosa, que chamou a atenção de todo o País com centenas, senão milhares, de vítimas, e o Governo Federal teve que se prevalecer da edição de uma medida provisória para abrir um crédito extraordinário, porque a Secretaria de Assuntos

Regionais não dispunha dos recursos indispensáveis sequer para os primeiros socorros.

A Srª Júnia Marise – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Exª com muito prazer.

A Srª Júnia Marise – Nobre Senador Humberto Lucena, V. Exª faz uma abordagem realista de um problema que consideramos grave. Espero que as palavras de V. Exª ecoem diretamente nas hostes do Governo. V. Exª, que sempre fez a defesa intransigente do Nordeste e, particularmente, do seu Estado, está colocando o dedo na ferida de um problema que é, há séculos, considerado grave, principalmente na área social no que tange à questão do Nordeste. Em seu pronunciamento, V. Exª lembrou o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, que, ciente, sensível, determinado, com vontade política, percebendo as desigualdades sociais no nosso País – entre o Nordeste, Sul e Sudeste -, acabou por criar a Sudene, para que ela fosse a alavanca, a força, o anteparo, a âncora do desenvolvimento econômico e social do Nordeste para a redução dessa grande desigualdade. E, neste momento, em que o País vê crescer progressivamente a pobreza, a miséria, a fome e as dificuldades, que transformaram o problema social em uma grande chaga social, nos defrontamos com o esvaziamento de um órgão da Administração Federal, criado com o objetivo de reduzir e estancar esses problemas, principalmente na área da defesa civil, que é exatamente o problema emergencial por que passam hoje vários Estados brasileiros. V. Exª lembrou o episódio do Acre. Recentemente, 176 Municípios de Minas Gerais foram atingidos pelas chuvas do início do ano e ficaram inteiramente alagados. O Presidente da República, sob o clamor da opinião pública e da Bancada mineira – Senadores e Deputados Federais que lá estiveram no Palácio do Planalto no sentido de reivindicar socorro àqueles Municípios e àquela população flagelada, um total de 40 mil pessoas inteiramente abandonadas, sem moradia, desabrigadas, porque perderam tudo o que tinham -, valeu-se novamente de uma medida provisória, no valor de R\$9 milhões, para socorrer aqueles Municípios. O fato é que famílias desalojadas continuam nas escolas, nas creches, nos centros sociais e nas entidades comunitárias, e os prefeitos continuam a reclamar das dificuldades, sem saber como resolver o problema, com o reassentamento e a construção das moradias, porque não têm recursos. A informação que eles nos passam é de que ainda não viram a cor de um centavo sequer. Portanto, Senador, cumprimento V. Exª, dizendo mais uma vez que a sua fala precisa ter eco nas hostes do Governo Federal, precisa atravessar o Senado e chegar ao Palácio do Planalto, para alertar o Presidente da República. Será que, mesmo

com uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, toda vez que ocorrer uma calamidade pública no País o Presidente da República terá que se valer de uma medida provisória, porque a Secretaria não dispõe de recursos suficientes para atender a nossa população? Cumprimento V. Exª e espero que as palavras de V. Exª tenham eco.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Grato a V. Exª, nobre Senadora Júnia Marise. Devo dizer que espero e confio que o Senhor Presidente da República – que, ainda agora, esteve no Nordeste, mais particularmente na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e sentiu de perto os problemas da Região – reavalie a situação dessa Secretaria de Assuntos Regionais. Se, por acaso, não vier a admitir a restauração do Ministério de Integração Regional, ou melhor, do Interior – o que seria o ideal, como sempre foi a nossa tradição -, que, pelo menos, faça com que essa Secretaria, cujo titular tem **status** de Ministro, seja subordinada diretamente a Sua Excelência, como ocorreu no Governo Fernando Collor. E, ao mesmo tempo, coloque na estrutura dessa Secretaria alguns órgãos regionais que são da maior importância para o desenvolvimento da Região Nordeste e da região Amazônica. Sem isso, não vejo por que continuar a existir a Secretaria de Assuntos Regionais. Seria melhor extingui-la também. Sabe V. Exª que quando falo sobre este assunto não é porque está lá um paraibano como seu titular, mas pela importância que ela tem, sobretudo no que tange à defesa civil, à prestação de socorro às vítimas de calamidades públicas. Não podemos ficar numa situação como essa, à mercê da abertura de créditos extraordinários.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo a V. Exª e ao Senado que, oportunamente, voltarei a me pronunciar sobre este assunto mais abalizadamente. Também pretendo abordar, com mais amplitude, a reforma administrativa, notadamente no que tange às ameaças que pairam sobre os direitos dos servidores públicos.

Entendo que podemos fazer a reforma administrativa, mas não podemos, de maneira alguma, contribuir para atingir direitos adquiridos e expectativas de direitos. Aliás, esse sempre foi o compromisso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o momento em que Sua Excelência anunciou à Nação não só a reforma administrativa, mas também a reforma da Previdência Social.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Humberto Lucena, o Sr. Ney Suassuna deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pergunto à Senadora Júnia Marise se, após o aparte, ainda deseja usar da palavra.

A SRA. JÚNIA MARISE – Obrigada pela consulta, Sr. Presidente. Estou inscrita e gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra V. Ex^a.

A SRA. JÚNIA MARISE (Bloco/PDT-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa intervenção nesta tribuna se faz exatamente no momento em que estamos diante de uma situação que se caracteriza, no mínimo, por extraordinária.

O Senado Federal está, neste momento, apreciando – já há parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – um projeto de resolução que apresentamos e que visa submeter o edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce à apreciação desta Casa.

O projeto de resolução, Sr. Presidente, Sr^a e Srs. Senadores, está exatamente dentro das prerrogativas constitucionais desta Casa. Ele não expressa nenhuma posição, apenas procura trazer para o Senado Federal, e para avaliação e estudos de todos os Senadores, o conjunto das informações, dos procedimentos e das práticas adotadas pela consultoria que foi contratada pelo BNDES, a Merrill Lynch, para a elaboração do edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce.

Queremos ter certeza de que o próprio Governo, apesar da sua determinação, pretende dar transparência a todos esses procedimentos, para a sociedade e para a opinião pública, para que não pareça dúvida alguma de nenhum ato lesivo aos interesses nacionais, principalmente no que tange a uma empresa do porte da Companhia Vale do Rio Doce.

Sempre tenho formulado uma opinião que me deixa, diante dessas questões, extremamente à vontade. Nunca me incluí entre aqueles que, de uma forma ou de outra, consideram que não se pode privatizar nada. Ao contrário, algumas empresas estatais que, no passado, serviram de cabides de emprego, que não tiveram um bom gerenciamento, que não deram lucratividade e nem rentabilidade ao Estado – que tem como prioridade e como finalidade principalmente garantir o desenvolvimento econômico e social do nosso País -, certamente não podem ficar nas mãos do Estado nem continuar como empresas estatais.

Mas empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce não se incluem nesta lista. A Vale

do Rio Doce preenche, acima de tudo, um dos pontos, um dos requisitos que consideramos fundamentais da própria Constituição.

Quais são os pontos que a Constituição define como fundamentais para a composição de um Estado verdadeiramente democrático? A cidadania do seu povo, por exemplo, e, principalmente, o resguardo do papel da União e do subsolo brasileiro.

Temos hoje um país como o Chile que oferece um grande exemplo de programa de privatização; lá, eles privatizaram até mesmo a previdência pública. Mas resguardaram uma empresa estatal como a Colodelco, que é exatamente a empresa que tem a finalidade de resguardar o subsolo, principalmente através das usinas de cobre.

É por isso, Sr. Presidente, que temos vivido nesta Casa um processo de debate sobre o nosso projeto de resolução, que é um projeto do Senado da República. Cabe a nós, Senadores, que aqui estamos eleitos pelo povo, defender os interesses nacionais, mas, acima de tudo, resguardar as nossas responsabilidades e, principalmente, cumprir o que a Constituição determina. E cabe ao Senado da República, apoiado na Constituição, o exame dessa matéria.

Falou-se aqui, sem nenhuma consistência, da probabilidade da inconstitucionalidade deste projeto de resolução. E é o que queremos abordar neste momento, até porque o próprio Senador Josaphat Marinho, no momento da votação do requerimento de urgência, encaminhou à Mesa o seu voto, por escrito, dizendo que o apoiava porque ele estava embasado na Constituição do País.

E é apoiada na Constituição que estamos aqui defendendo a aprovação desse projeto, exatamente com o objetivo de criar mecanismos para que o Senado Federal possa – e aí estão os termos do art. 49 da Constituição Federal – exercer a fiscalização e o controle dos atos do Conselho Nacional de Desestatização, que é órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, especialmente no que se refere aos atos de privatização da Vale do Rio Doce.

Diz o art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal:

XIX – somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública;

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse dispositivo trata exatamente de entes que não podem se confundir. As autarquias são entes administrativos com personalidade jurídica de direito público interno, autônomas, destinadas à realização de atividades públicas que integram a Administração Federal.

Logo, a exploração de atividade econômica pelo Poder Público, que somente poderá acontecer mediante a criação de empresas públicas ou sociedades de economia mista, por lei específica aprovada pelo Poder Legislativo, dependerá sempre de consenso do Congresso Nacional.

A função do Poder Legislativo, e aqui está exatamente o que dispõe a Constituição, no que diz respeito à exploração de atividades econômicas pelo Estado, é tão significativa que, mesmo após a criação de uma estatal por lei específica, ainda dependerá de autorização legislativa não só a criação de subsidiárias e estatais como também a participação de qualquer delas em empresa privada, conforme dispõe o inciso XX do art. 37 da Constituição:

XX – depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

A análise desses dois dispositivos constitucionais citados, isto é, os incisos XIX e XX do art. 37, levam à conclusão de que o legislador-constituente ressalvou para o Poder Legislativo a prerrogativa de avaliar e autorizar a interferência da atividade estatal na nossa economia.

Quero ainda, Sr. Presidente, pontuar aqui sobre a legalidade e a constitucionalidade do Projeto de Resolução nº 104/96.

Que projeto é esse? É exatamente o projeto que submete ao Senado Federal, para que este possa analisar, possa se aprofundar e ter acesso a todas as informações que deram origem àquelas cento e tantas páginas elaboradas pela Consultora Meryll Lynch para o edital de privatização e alienação da Companhia Vale do Rio Doce.

Esse projeto não apresenta óbices de natureza jurídica e nem constitucional. Está embasado no art. 49 – que já citamos aqui –, inciso X da Constituição Federal, que estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional, qualquer uma das suas Casas, por meio de ação direta, para "fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta."

No mérito, como bem disse o Relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Roberto Requião, o projeto mostra-se bastante oportuno, dada a importância da Companhia Vale do Rio Doce para a nossa economia e o desenvolvimento de Unidades da Federação, cuja representação no âmbito federal está afeta ao Senado da República. A ação fiscalizadora desta Casa será fortalecida com a implementação de dispositivos cautelares que assegurem a completa transparência dessa operação envolvendo os atos de desestatização da empresa.

A competência exclusiva do Congresso Nacional, prevista no art. 49, inciso X da Constituição Federal, para fiscalizar e controlar os atos do Poder

Executivo, está inscrita dentre os dispositivos constitucionais que asseguram a eficácia da tradicional teoria da independência e harmonia dos Poderes – está aí; é o art. 2º da nossa Carta Magna –, o que se concretiza através do efetivo controle dos atos de um Poder pelo outro.

Por esse dispositivo legislativo, o representante do povo tem assegurado, constitucionalmente, o poder de limitar, por mecanismos de controle e fiscalização, a atuação do Executivo. Os que argumentam ou que poderiam vir a argumentar a inconstitucionalidade desse projeto de resolução, o fazem sob o argumento de que o projeto, por condicionar a prática de um ato administrativo do Executivo à prévia ratificação do Legislativo, poderia ferir o princípio da autonomia dos Poderes. Mas a competência prevista no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, diz respeito aos atos já consumados pelo Executivo, que a Medida Provisória nº 1.481/42, de 24 de outubro de 1996, principalmente na parte que altera o art. 12 da Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, já prevê os elementos que deverão constar dos editais de alienação das empresas.

Esse argumento, todavia, não tem como prosperar, especialmente se considerarmos a importância política da iniciativa. Mas, independentemente disso, a tese da inconstitucionalidade do projeto de resolução sobre aquele argumento é rebatida mediante a construção interpretativa do alcance da competência fiscalizadora e controladora do Congresso sobre os atos do Executivo.

Em se tratando do Programa de Desestatização, não se cogita no nosso projeto de resolução da fiscalização e controle de um único e isolado ato praticado pelo Executivo, ou seja, a mera publicação do edital de alienação, mas, sim, o uso da competência exclusiva, constitucionalmente atribuída ao Poder Legislativo e, portanto, ao Senado Federal, sobre uma sucessão de atos, os quais se iniciaram na prática com inclusão de determinadas estatais nesse referido programa.

De acordo com o Projeto de Resolução nº 104, ter-se-ia então o controle e a fiscalização principalmente do ato do edital de privatização da Vale do Rio Doce, já em andamento, e portanto imprescindíveis à realização da alienação desta estatal.

Ademais, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no caso de controle de atos em andamento, notadamente de atos do Executivo, passíveis de gerar grande repercussão política e econômica, como é o caso da venda da Vale, a fiscalização e o controle deste Congresso, na forma prevista no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, ao tempo em que estão sendo praticados, tem como objetivo exatamente a manutenção e o fortalecimento do princípio constitucional do equilíbrio entre os Poderes.

Mais do que isso, Sr. Presidente, com todas essas argumentações embasadas na Constituição Federal, certamente não precisaríamos aprofundar tanto na análise da nossa Constituição para fazer aqui a defesa da aprovação de um projeto de resolução, que visa unicamente trazer para o Senado Federal todos os procedimentos e todas as informações que deram origem ao estudo de alienação da Companhia Vale do Rio Doce.

Mais do que isso. Temos em mãos, por exemplo, estudo realizado pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados por eminentes professores, técnicos responsáveis, de grande credibilidade pública, principalmente da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que fizeram alguns questionamentos por intermédio deste relatório, até hoje não respondidos pelo BNDES.

Por exemplo: a sala de informações, organizada pelo Conselho de Desestatização, é chamada DataRoom; lá se encontram cerca de 100 mil documentos sobre diversos aspectos dos negócios realizados pela Companhia Vale do Rio Doce, especialmente os relatórios definitivos, produzidos pelas empresas de consultoria contratadas pelo BNDES para avaliar, modelar, organizar, realizar todas as ações necessárias à desestatização da Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, consideramos informação importante – que trago ao Senado da República e a toda a sociedade brasileira – o fato de o acesso a essa sala de informações estar restrito aos interessados habilitados, assim considerados os que demonstrem possuir disponibilidade de fundos equivalentes a R\$500 milhões, para que possam realizar o depósito como forma de ingresso e que assumam o compromisso de confidência e de não-negociação das ações da Vale do Rio Doce.

Depreende-se ainda deste relatório que duas consultorias foram contratadas pelo BNDES: uma para prestação do serviço "A" e outra para prestação do serviço "B". A contratada para prestação do serviço "B" foi exatamente a Consultora Merrill Lynch, escolhida pelo BNDES para elaboração do edital de privatização da Vale do Rio Doce. Por que o BNDES escolheu exatamente a Consultora Merrill Lynch?

Neste relatório, há algumas questões que precisam vir a público, para que não possa o Governo praticar atos lesivos contra os interesses nacionais.

O relatório definitivo da associação que prestou o serviço "B" contém argumentos contrários à desestatização; somado aos documentos disponíveis na sala de informações, ele contradiz os argumentos que servem de base para o processo de privatização da Vale do Rio Doce.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, muitas informações, questões e dúvidas se levantam por parte de técnicos, de lideranças de todo o País e, principalmente, daqueles que estão tendo a oportunidade de avaliar esse ou aquele documento. Nin-

guém pôde ainda ter acesso a todos os relatórios elaborados por essas consultorias para ter a tranquilidade de debater, com consciência, a questão da alienação da Vale do Rio Doce.

Basta dizer, Sr. Presidente, que, no edital de privatização, foram incluídas as jazidas de urânio de Carajás. Ora, a Constituição é muito clara. Aliás, no passado, a nossa Carta Magna foi rasgada muitas vezes e se transformou em verdadeira colcha de retalhos; será que querem agora rasgar a Constituição outorgada em 1988?

A Constituição é muito clara: somente a União pode pesquisar a exploração desse mineral. É prerrogativa da União. Por que é prerrogativa da União pesquisar a extração, prospecção e refino do nosso subsolo? Porque isso significa a soberania do nosso País e significa, acima de tudo, o patrimônio que ali está. A todo momento, Sr. Presidente, o Brasil e o mundo são surpreendidos com as boas notícias dos resultados das prospecções que vêm sendo realizadas ao longo dos anos pelos técnicos da Companhia Vale do Rio Doce.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, hoje se fala muito em uma questão que tem sido por várias vezes repetida. Esses que se opõem à privatização da Companhia Vale do Rio Doce estão assumindo uma postura ultrapassada; estão vivendo do discurso do passado e querem, mais uma vez, continuar falando do passado.

Sr. Presidente, considero-me uma política jovem, de idéias novas. Sinto-me em processo de avanço para a conquista de melhores condições de vida para nosso povo. E é com esse discurso novo e, principalmente, com a análise ponto a ponto dessa questão que me detenho, às vezes até de madrugada, na leitura de alguns relatórios; todavia, sem nunca ter acesso aos dados confidenciais que estão na sala de informações e nos arquivos do BNDES e do Programa de Desestatização.

Quando discutimos e levantamos a primeira voz, fomos acompanhadas por brilhantes e devotos defensores do interesse público de nosso País, Senadores e Deputados Federais, no grande movimento parlamentar contra a privatização da Vale do Rio Doce. Esse movimento não pode ser considerado apenas um movimento das esquerdas do nosso País ou um movimento ideológico. Ao contrário, Sr. Presidente, o movimento a favor da Vale do Rio Doce é suprapartidário; subscreveram-no Senadores e Deputados Federais de todos os partidos, inclusive do partido do Presidente da República.

São essas vozes que estamos ouvindo pelo País, quais sejam: a do Presidente da OAB, do grande Jornalista Barbosa Lima Sobrinho; do ex-Vice-Presidente da República Aureliano Chaves; do ex-Presidente Itamar Franco, que privatizou várias empresas estatais, mas é contra, como sempre o foi contra, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce etc.

É por isso que queremos, Sr. Presidente, neste instante, já com as campanhas anunciando que o meu tempo está acabado, fazer um apelo a todos os Senadores, um apelo de cidadã, uma apelo de brasileira que acredita que ainda podemos ter algum sonho. Não foi apenas o sonho de liberdade que nos deu coragem e determinação para lutar pela redemocratização do País, mas também o sonho de estarmos em um País que pode manter uma empresa do porte da Companhia Vale do Rio Doce como referência de uma nação que, impulsionada por seus trabalhadores, alavancou o desenvolvimento econômico e social.

Há quinze dias foi anunciado que a Companhia Vale do Rio Doce deu um lucro de R\$660 milhões; tal informação foi divulgada não só no Brasil inteiro, mas também no exterior, pelos grandes veículos de imprensa da Argentina, da Espanha, da Itália, da França, dos Estados Unidos. Segundo essas publicações, a Companhia Vale do Rio Doce, maior mineradora do Brasil e do mundo, está sendo colocada à venda pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Sr. Presidente, para concluir, quero fazer um pequeno registro. De acordo com o edital de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o valor da Companhia está sendo fixado em 10 bilhões e 300 milhões de reais. Pois bem, apenas R\$2 bilhões serão contabilizados, serão escriturados - se tal privatização ocorrer - como resultado da venda da Companhia Vale do Rio Doce. Repito: apenas R\$2 bilhões de reais serão escriturados e representarão o resultado dessa venda.

Fica a nossa pergunta: vale a pena vender o subsolo deste País, um patrimônio da extensão da Companhia Vale do Rio Doce, pela bagatela de R\$2 bilhões, que seria o resultado da venda creditado aos cofres da União? O que será feito com o dinheiro? Vai-se abater a dívida externa do nosso País? Essa importância não daria para pagar sequer dois meses da dívida externa do nosso País, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

É por isso que sempre que abordamos questões como essa, com nossa emoção de cidadã, tentamos fazer com que o Governo e até mesmo aqueles que estão hoje determinados, como o Presidente do BNDES, não passem para a história como os grandes autores da venda da empresa Vale do Rio Doce, o maior patrimônio nacional. Será possível que a história vai reservar um capítulo lamentável ao currículo de Fernando Henrique Cardoso como o Presidente da República que entregou a Vale do Rio Doce para empresas que já sabemos não serão única e exclusiva-

mente nacionais, mas terão atrás de si grandes conglomerados de empresas nacionais e estrangeiras?

Com a Vale do Rio Doce vai junto a história deste País, que construiu com seu trabalho, com seu sacrifício, a maior mineradora do mundo.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Júnia Marise, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Guilherme Palmeira.

Durante o discurso do Sr. Júnia Marise, o Sr. Guilherme Palmeira deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Alves.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil é realmente um País de contrastes espantosos...

Se por um lado a supersafra de aproximadamente 80 milhões de toneladas de grãos sugere um saldo altamente positivo na atividade agrícola, chegando até mesmo a provocar um verdadeiro caos nos sistemas de transporte e armazenamento, a exemplo dos recentes congestionamentos provocados por caminhões graneleiros, que em muitos casos chegaram a estender-se por quilômetros nas estradas que levam ao Porto de Paranaguá-PR; por outro lado, se verifica o descaso e a irresponsabilidade de setores do Poder Público quanto ao apoio para pequenos produtores rurais.

Melhor exemplo desse contraste se observa na crise que se instalou nos órgãos de extensão rural espalhados por todo este País. Não é diferente no Estado do Pará, onde se anuncia a situação de insolvência e desmantelamento da Emater local.

Sem ter recursos para saldar dívidas trabalhistas que chegam a R\$27 milhões, relativas somente ao dissídio dos anos de 1990 e 1991, compondo um total de perdas salariais que se aproximam de 365%, e que podem chegar a R\$150 milhões se considerados os dissídios dos anos posteriores, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater-PA) está em vias de ser desativada pelo Governo Estadual, fazendo-se perceber, mais uma vez, a ótica medíocre do atual Governo para com as questões de interesse social do Estado. É

muito mais fácil simplesmente extinguir ou privatizar um órgão público que apresenta problemas, na verdade gerados pelo próprio Poder Executivo, do que investir em seu redimensionamento, buscando alternativas de solução para os problemas.

Não se pode deixar de ponderar, inclusive, que a ameaça de extinção que paira sobre a empresa não deixa de ser até mesmo uma afronta às decisões da Justiça do Trabalho, pelo menos no que respeita à dívida de R\$27 milhões relativa ao dissídio 90/91, cujo processo já tramitou em todas as instâncias trabalhistas e se encontra em fase final de execução.

Para falar com palavras mais claras, Sr. Presidente, o Governo do Estado do Pará não repassou os aumentos salariais a que tinham direito os funcionários da Emater nos seus dissídios coletivos, desde 1990. Eles foram obrigados a recorrer à Justiça do Trabalho, ganharam a primeira das questões, que foi o dissídio de 91/92, de R\$27 milhões, e um reajuste salarial de 365%. O Governo não respeitou a lei e agora, para não fazer cumprir o que a lei determina, ameaça simplesmente fechar a Emater para não pagar aos seus funcionários o que lhes está devendo.

É bem verdade que a estrutura da Emater/PA vem-se deteriorando ao longo dos anos, fruto da irresponsabilidade de sucessivos governos, que nunca demonstraram grande preocupação com a sorte daquele organismo. Muito pelo contrário, em alguns casos, a ação extensionista, de significativo apelo e inserção popular, já que o trabalho é desenvolvido de forma didático-pedagógica junto aos pequenos produtores rurais e suas entidades organizativas espalhados por todo o interior do Estado tem servido, isto sim, como palanque de discursos demagógicos e ações de puro fisiologismo, a exemplo do que ocorreu no início do atual governo, quando a empresa recebeu uma frota de aproximadamente 60 novos veículos comprados ainda com saldo de projetos financiados pelo Bird, sendo a operação, no entanto, amplamente divulgada como de iniciativa do Governo que se iniciava.

Para entendermos, ainda que superficialmente, a crise atual, é necessário reportarmo-nos à trajetória da extensão rural em nosso País. Criada ainda no Governo do Presidente General Castello Branco, a estrutura da assistência técnica e extensão rural preconizava uma ação conjunta dos Governos Federal e Estaduais, com a locação de 80% de recursos financeiros advindos da esfera federal, administrados pela Embrater (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural), e 20% dos recursos sob as responsabilidades dos Governos Estaduais

operacionalizados por meio da Emater em cada Estado. O objetivo fundamental era qualificar a atividade agrícola, como forma de estabelecer padrões de melhoria das condições de vida dos pequenos produtores rurais e, com isso, alavancar o desenvolvimento das zonas rurais do País.

Em 1986, mediante um processo até hoje questionável, que levou à descaracterização dos serviços de assistência técnica ao produtor rural, efetivou-se a extinção da Embrater, muito embora o Governo Federal continuasse a repassar recursos para que os Estados mantivessem a estrutura de cada Emater, situação essa que perdurou até 1990, quando o Governo Collor promoveu o corte definitivo nos repasses, obrigando os Estados a arcarem com a totalidade das despesas e investimentos.

As verbas, Sr. Presidente, até então repassadas pelo Governo Federal, mal davam para pagar as despesas administrativas do órgão, afastando-se qualquer possibilidade de investimentos tais como aquisição de equipamentos, programas de capacitação de recursos humanos e medidas outras imprescindíveis para a ação do órgão junto aos produtores rurais.

O corte dos repasses em 1990 agravou a crise, à qual vieram somar-se as várias ações trabalhistas movidas pela representação sindical dos trabalhadores no setor agrícola (STAFPA), em decorrência das perdas salariais verificadas entre os anos de 1991 a 1996. Tais ações começaram a se acumular sem que os Governos Estaduais, inclusive o atual, enviassem o menor esforço para compor os débitos delas decorrentes, numa irresponsabilidade tamanha que permitiu a expressiva soma de aproximadamente R\$27 milhões em dívidas trabalhistas referentes somente aos anos de 1990 e 1991, mas que podem chegar à soma de R\$150 milhões, se consideradas as demais ações que se encontram em tramitação.

É de causar indignação constatar que a solução pensada pelo Governador paraense conduza à simples extinção do órgão, prejudicando assim não só os funcionários e técnicos que ali trabalham, face às inúmeras dificuldades que certamente terão que enfrentar para fazer valer os seus direitos já reconhecidos pela própria Justiça do Trabalho, mas principalmente, uma legião inumerável de produtores rurais, para quem o acompanhamento e assistência dos técnicos da Emater é a única garantia de um mínimo de eficiência em suas atividades no campo. Há que se questionar, por exemplo, o destino que aguarda os pequenos produtores rurais do Pará, cu-

jos projetos de financiamento do FNO e FNO Especial imprescindem da orientação dos técnicos da Emater-PA e são, inclusive, exigências do Banco da Amazônia, desde a elaboração dos mesmos até o acompanhamento para a correta aplicação dos recursos obtidos, conforme acordos firmados, envolvendo o BASA, a Emater e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará. Situação essa que nos permite citar outra também absurda, ilustrativa do desrespeito para com a questão da assistência técnica e da extensão rural. Para os projetos do FNO e FNO Especial, o BASA cobra uma taxa sobre o valor do financiamento liberado, a título de administração do Fundo; enquanto a Emater não é remunerada com um único centavo por todo o seu trabalho de elaboração e acompanhamento técnico dos projetos. Penso que nos cabe refletir como ficarão esses trabalhadores rurais caso a Emater seja simplesmente desativada, como pretende o Governador do Estado. Terão eles condições financeiras para contratar técnicos do setor privado, se os financiamentos obtidos mal dão para cobrir as despesas da própria atividade agrícola? Chega a ser absurda a política de recursos humanos que hoje é implementada na Emater-PA. Só para citar alguns exemplos, um técnico agrícola, com formação técnica de nível médio, em início de carreira, ganha um salário de R\$170,00, ao passo que um engenheiro agrônomo, com pós-doutorado, no último nível da carreira, não chega a ganhar mais do que R\$796,00. Esse é o maior salário de um funcionário da Emater, no Estado do Pará, que tem 800 funcionários no seu quadro. O maior salário é R\$796,00.

É por isso que eles ganharam a questão na Justiça do Trabalho, uma questão que vem sendo levantada desde 1990: sete anos tramitando na Justiça, e agora ganharam em todas as instâncias. O Governo é obrigado a pagá-los e, em vez disso, o Governo quer extinguir a Emater para não cumprir com o seu dever.

Em que pese a esses disparates, a preocupação maior dos servidores não se resume simplesmente a conquistar as perdas salariais que se vêm acumulando por anos a fio. Mais que isso: a posição dos servidores é a de defender com intransigência a revitalização do órgão, dado o alcance social de suas atividades. Esse foi o compromisso externado por uma comissão de representantes dos servidores, com quem estive reunido no último final de semana, em Belém. Mostraram-se dispostos, inclusive, a negociar com o Governo do Estado no sentido de que 50% dos recursos que lhes são devidos sejam

aplicados na reestruturação do órgão, além de outras propostas de negociação que estão sendo estudadas pelos servidores, inclusive do parcelamento do pagamento que o Estado deve fazer ao órgão. Eles chegam a propor que esse pagamento seja feito ao longo de cinco anos, em 60 meses, para facilitar o cumprimento do que determina a Justiça do Trabalho.

Isso tudo, no entanto, parece não sensibilizar minimamente o governo estadual, que tem se recusado até mesmo a debater o assunto com os servidores, recebendo-os, por intermédio de assessorias, unicamente para dizer que não tem como pagar os montantes já calculados pela Justiça do Trabalho.

Esta situação é realmente preocupante na medida em que a desativação da Emater/PA implica séria ameaça aos projetos desenvolvidos por aquele órgão, apesar de toda sorte de dificuldades ali verificadas.

Assim, estarão comprometidos projetos como Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária; PED – Programa de Extensão Descentralizada; Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar; Pague – Programa de Atendimento às Comunidades Agrícolas (viabilizado com recursos especiais, repassados pelo Governo Federal por intermédio da Sudam); e ainda o Prodat – Programa de Desenvolvimento Agropecuário da Transamazônica. Projetos esses que, no conjunto, atendem a 132 mil produtores em cerca de 110 municípios do Pará, número esse cuja perspectiva é de que alcance 200 mil produtores até 1999, o que poderia gerar uma renda anual de aproximadamente R\$2 bilhões, se considerarmos um volume médio de produção em torno de R\$10 mil por produtor/ano.

O Governo não leva em conta esses dados para investir na Emater. Ao que tudo indica, o Poder Executivo estadual parece ter mesmo uma certa aversão aos órgãos de apoio ao setor agrícola no Pará, principalmente aqueles cujas ações estão voltadas para as necessidades dos pequenos e médios agricultores. Assim ocorreu com a Copagro – Companhia Agropecuária do Pará -, extinta há alguns anos, da mesma forma como se teme que ocorra agora com a Emater. Até hoje os servidores da Copagro lutam para fazer valer os seus direitos.

Nós e o nosso Partido, que temos uma tradição de luta política em favor dos interesses do homem do campo, que temos tentado durante toda a nossa vida pública contribuir para a organização e o fortalecimento dos trabalhadores rurais e de suas entidades representativas, não poderíamos nos calar ante

a ameaça de extinção que paira sobre um órgão de fundamental importância para a economia do nosso Estado, como é o caso da Emater/PA, cuja desativação poderá gerar uma crise social sem precedentes, agravando ainda mais os problemas fundiários que notabilizam, de forma tão negativa e desastrosa, o Estado do Pará.

Apelo, portanto, para o bom-senso do Governador Almir Gabriel, no sentido de que busque, com sua equipe, uma alternativa de solução para a crise que vive a Emater/PA; que se disponha, pelo menos, a viabilizar negociações com os servidores que têm uma pauta de propostas, acima até mesmo dos interesses pessoais de cada um, visando a revitalizar o órgão, reconhecendo sua importância como mecanismo de reformulação da base produtiva do Estado, tão ardorosamente propalada pelo atual Governo.

Eu apoio a luta em favor dos interesses daquele órgão e, especialmente, em defesa dos interesses dos pequenos produtores rurais do meu Estado e dos próprios funcionários daquela empresa estatal, que certamente serão atingidos caso se materialize essa medida abominável que sugere a simples extinção do órgão.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer uma referência ao discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que atingiu a todos nós, a Nação brasileira, a OAB, a CNBB, a ABI e os partidos políticos que lhe fazem oposição, ao dizer que todos falamos sobre "neobobismo", porque ele diz não ser neoliberal. Mas enfraquece o Estado, dando continuidade exatamente ao trabalho de Fernando Collor de Mello; desmantela o aparelho estatal, dizendo que está interessado em assumir para si as obrigações do Estado no que se refere à saúde, educação e segurança pública. E não vemos absolutamente nenhuma ação em segurança pública. O sistema penitenciário brasileiro está um caos, e não há nenhuma iniciativa do Governo Fernando Henrique para resolver tamanho problema. No setor de educação, percebemos, cada vez mais, o enfraquecimento das nossas universidades e a privatização do ensino. O setor de saúde é uma verdadeira vergonha. O ex-Ministro Adib Jatene confessou, aqui mesmo neste plenário, que 90% dos recursos do Sistema Único de Saúde estão indo para o setor privado da saúde. São pagos por serviços prestados a hospitais, a clínicas e a laboratórios particulares. Esse é o papel do Fernando Henrique Cardoso. O setor de apoio à agricultura está completamente sucateado. A Embrater foi extinta. A Embrapa está sem condições de desenvolver projetos. Os poucos órgãos que ainda existem,

como a Emater, são ameaçados de extinção, e os seus quadros são usados para os grupos econômicos poderosos no nosso Estado.

A Embrapa, Sr. Presidente, no Estado do Pará, como não tem recurso para custeio - só o tem para pagar aos funcionários, porque o Governo Federal realiza o pagamento diretamente -, coloca os seus técnicos, os seus cientistas, os estudiosos do desenvolvimento da nossa produção agrícola a serviço dos megaprojetos que se implantam na nossa região. Esses megaprojetos recebem essa mão-de-obra que não lhes custa nada - o custo se resume apenas à passagem e à manutenção desses técnicos nos locais dos projetos -, e não se faz absolutamente nada para ajudar o pequeno trabalhador rural ou para viabilizar esse tão famoso programa de apoio à família de trabalhadores rurais, que não sai do papel ou da conversa, que não se realiza, porque os órgãos que poderiam trabalhar para que se concretizasse enfrentam o mesmo problema da Emater do Estado do Pará.

Portanto, quero rebater aqui as afirmações do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele é, de fato, um neoliberal, um fascista, fascista não, um falso, porque está usando algo que não é verdadeiro. O seu Partido, o Partido da Social Democracia Brasileira, de socialdemocracia não tem absolutamente nada, porque segue as regras estabelecidas pelo Partido da Frente Liberal. Este, sim, tem ideologicamente a definição por uma política neoliberal, uma política de enfraquecimento do Estado brasileiro, e essa é a política de Fernando Henrique Cardoso, a política do PFL e não a política do PSDB. O que quis dizer, usei mal a palavra, é que o PSDB é uma farsa no Brasil, o PSDB passa um título e não desenvolve o seu programa de governo. Ele é uma verdadeira farsa, uma enganação, porque a socialdemocracia não luta para enfraquecer o Estado. A socialdemocracia tem o Estado forte para intervir para que as injustiças não aconteçam, como ocorrem na nossa Nação, e o Sr. Fernando Henrique Cardoso usa falsamente o nome de social-democrata. De socialdemocrata, ele não tem absolutamente nada. Aliás, quando assumiu o Governo, ele disse: "esqueçam tudo o que escrevi até hoje". Esse tem sido, infelizmente, o comportamento dos militantes do Partido da Social Democracia Brasileira.

Da mesma forma como Fernando Henrique Cardoso disse isso, reafirma o Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel: "esqueçam tudo o que escrevi, esqueçam tudo o que falei, esqueçam tudo o que pensei, pois agora estou no Governo, e a forma de agir, lamentavelmente, é outra". O próprio Almir Gabriel, que escreveu artigos criticando a privatiza-

ção da Companhia Vale do Rio Doce, hoje se cala, se omite, aceita a privatização da Vale.

Portanto, o Sr. Fernando Henrique Cardoso é um farsante, não um fascista, porque usa de um partido, de um programa político, mas não cumpre com o que estabelece esse programa político na condução de seu Governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva. (Pausa.)

O Sr. Senador Roberto Freire enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há alguns anos atrás, quando militávamos no velho Partido Comunista Brasileiro, uma contenda política sempre era colocada em cima da mesa: quem eram os verdadeiros herdeiros do partido criado por Astrogildo Pereira, em 1922? Esta disputa rendeu discursos, artigos, pesquisas de conteúdo histórico e muita inimizade.

Hoje, tal discussão não tem mais qualquer sentido. Nenhum grupo específico ou liderança de esquerda pode se arrogar em herdeiro exclusivo daquele movimento. Na verdade, o PCB, que na origem se denominava de Partido Comunista do Brasil, está na raiz da tradição socialista brasileira, em todas as suas vertentes. Se mergulharmos em sua história vamos perceber que da grande e generosa fonte pecebista nasceram tanto as tendências de conteúdo democrático quanto as que reafirmam uma concepção de política e de estado autoritária.

O Partido Popular Socialista, constituído a partir do X Congresso do PCB, significando ao mesmo tempo ruptura e continuidade, assume com orgulho ser um dos herdeiros dessa bela página da história brasileira. Lançamos mão de suas melhores tradições democráticas e julgamos que temos legitimidade, juntamente com outras forças e lideranças de esquerda, partidárias ou não, para manter hasteada em todo o Brasil a bandeira do socialismo.

O velho PCB foi um dos protagonistas mais importantes da história brasileira deste século, em que pese todas as tentativas, à direita e à esquerda, em desmerecê-lo. Foi vanguarda, responsabilizou-se pelo aparecimento de toda uma geração de jornalistas criada nas redações da imprensa popular quando por aqui nem escola de comunicação existia, montou e incentivou uma forte cultura editorial (Editora Vitória, Civilização Brasileira, entre outras), internalizou no Brasil centenas de publicações e clássicos que vão das ciências sociais e médicas à literatura. Acompanhou e fomentou a modernização do

Brasil e a inserção dos trabalhadores no cenário político nacional.

Poucas pessoas fazem esta relação, mas sempre é bom lembrar que o PCB, embora fruto do movimento comunista surgido da revolução bolchevique de 1917, nasceu, entre nós, no mesmo ano da semana de arte moderna, ou seja, em um momento em que a palavra de ordem era revolucionar as idéias e os costumes.

Quem se despreocupa com a preservação dessa memória e, de forma açodada, imagina – pela dimensão e importância das lutas operárias da década de 70 – que a esquerda foi iniciada nas greves do ABC, não está preparado para dirigir o Brasil no século XXI.

Os povos costumam ter seus heróis. Nós brasileiros temos muitos e nessa galeria a esquerda inscreve: Luis Carlos Prestes, Gregório Bezerra, , Davi Capistrano, Wladimir Herzog, Pomar, Ângelo Arroio, Carlos Marighela, Mário Alves, só para citar alguns neste século. E se os temos é porque tivemos o PCB.

Razão tem o poeta Ferreira Goulart quando em versos diz:

O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente

nem mesmo do Brasil

Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis tem que falar dele.

Ou estará mentindo.

O SR. PRESIDENTE (José Alves) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h10min.)

AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

25-3-97

Terça-feira

11h00 – Senhor Jorge Gerdau Johannpeter e dirigentes da Ação Empresarial

11h30 – Parlamentares da Comissão de Comércio da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos da América

12h00 – Senadora Benedita da Silva, acompanhada dos dirigentes do grupo Olodum

12h30 – Senhor Ernílio Odebrecht

14h30 – Sessão Plenária do Senado Federal

EMENDAS**CONGRESSO NACIONAL**

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.463-11**, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO E DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, ALTERA ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL E INSTITUI CONTRIBUIÇÃO PARA OS SERVIDORES INATIVOS DA UNIÃO."

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	007, 012, 018, 023, 027, 028, 039, 040, 042, 043, 045.
Deputado CHICO VIGILANTE	038.
Deputado JOSÉ LUIZ CLEROT	033, 041.
Deputado LUIZ BUAIZ	034.
Deputado MATHEUS SCHMIDT	001, 003, 010, 016, 019, 024, 029, 035.
Deputado PAULO PAIM	002, 006, 008, 009, 011, 014, 017, 020, 021, 025, 026, 030, 031, 032, 036, 044, 046, 047, 048, 049, 050, 051, 052, 053, 054, 055, 056.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	004, 005, 013, 015, 022, 037.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.469-16, ADOTADA EM 14 DE MARÇO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 17 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "AUTORIZA A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE - FMM, EM FAVOR DA COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO LLOYD BRASILEIRO - LLOYDBRÁS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO FERNANDO ZUPPO	001.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	002.
SCM	

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.473-29, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.742, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1.993, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO AIRTON DIPP	001, 003
DEPUTADO EDUARDO JORGE	007, 008, 009, 010, 012, 013
DEPUTDO FLÁVIO ARNS	004, 005, 006, 011
DEPUTADA SÉRGIO MIRANDA	002

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.475-25, ADOTADA EM 14 DE MARÇO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 17 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA AS LEIS NºS 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990, E 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO AIRTON DIPP	001, 006,
DEPUTADO EDUARDO JORGE	003, 007, 008, 011.
DEPUTADA YEDA CRUSIUS	005,
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	002, 004, 009, 010,

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.477-34**, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE O VALOR TOTAL ANUAL DAS MENSALIDADES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado BASÍLIO VILLANI.....	001, 015, 024, 025, 030, 035, 045, 052, 062, 065, 080, 085, 096, 097, 100, 105, 112 130.
Deputado CARLOS AIRTON.....	021.
Deputado CHICO VIGILANTE.....	018, 055, 056, 072, 073.
Deputado FERNANDO ZUPPO.....	004, 049, 068.
Senador GILVAM BORGES.....	014, 023, 029, 034, 044, 051, 061, 079, 084, 099, 111, 120, 124, 129.
Deputado MARCELO TEIXEIRA.....	009.
Deputado NELSON MARCHEZAN.....	003, 127.
Deputado OSMÂNIO PEREIRA.....	006, 007 016, 026, 031, 036, 046, 047, 053, 063, 081, 086, 101, 113 116 125, 131.
Deputado PAULO LIMA.....	005, 013, 022, 028, 033, 042, 043, 050, 060, 076, 078, 083, 104, 110, 119, 123 128.
Deputado PIMENTEL GOMES.....	010.
Deputado PEDRO WILSON.....	019, 057, 058, 071, 074.
Deputado RICARDO GOMYDE.....	002, 012, 020, 038, 039, 040, 059, 088 089, 108, 118.
Deputado ROBERTO CAMPOS.....	093, 094.
Deputado ROBERTO JEFFERSON.....	069, 075, 090, 098, 107, 122.
Deputado SÉRGIO CARNEIRO.....	091.

Deputado SÉRGIO MIRANDA.....	041, 070, 117, 121.
Deputado SEVERIANO ALVES.....	008, 011, 067, 077, 092, 102, 103, 109, 126.
Deputado WILSON CIGNACHI.....	017, 027, 032, 037, 048, 054, 064, 066, 082, 087, 095, 106, 114, 115, 132.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.478-22**, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 9º DA LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, E 2º DA LEI Nº 8.844, DE 20 DE JANEIRO DE 1994".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado JAIR MENEGUELLI	001, 003.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	002, 004.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.479-26 DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DOS SERVIDORES CIVIS E MILITARES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, INCLUSIVE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, BEM COMO DOS EMPREGADOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ	002, 008, 010.
Deputado HILÁRIO COIMBRA	007.
Deputado JAIR MENEGUELLI	001, 011, 012.
Deputado SÉRGIO CARNEIRO	004, 006, 009.
Deputado SÉRGIO MIRANDA	003, 005.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.480-28, ADOTADA EM 14 DE MARÇO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 17 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS NºS 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, E 8.911, DE 11 DE JULHO DE 1994, PARA INSTITUIR OS DÉCIMOS INCORPORADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ADYLSON MOTTA	031,033,052.
DEPUTADO ANIVALDO VALE	019,064.
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	010,011,012,013,014,030, 032,035,038,039,040,041, 045,057,060,062,063,069.
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	016.
DEPUTADO JAIR MENEGUELLI	003,004,007,008,009,015, 017,021,022,023,025,029, 044,048,049,054,058,065, 066,068.
DEPUTADO JOFRAN FREJAT	034,046.
DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT	002,024,027,036,043,061.
DEPUTADO MUSSA DEMES	070.
DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI	001,050,051.
DEPUTADO PEDRO W. GUIMARÃES	042.
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	006,018,026,047,055.
DEPUTADO SÉRGIO CARNEIRO	053.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	005,020,028,056.
DEPUTADO SEVERIANO ALVES	037,059,067.
SCM	

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.481-47, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "ALTERA A LEI Nº 8.031, DE 12 DE ABRIL DE 1.990, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTDO EDINHO BEZ	001, 002, 003, 017, 020, 021, 025
SENADOR EDISON LOBÃO	046, 050
DEPUTADO FERNANDO ZUPPO	005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 018, 019, 023, 024, 027, 049

SENADOR JOSÉ ALVES DO NASCIMENTO	034
DEPUTADO MIGUEL ROSSETO	012, 013, 014, 015, 016, 028, 029, 030, 031, 032, 037, 038, 040, 041, 042, 043, 044
DEPUTADO NELSON MARCHEZAN	033
SENADOR ONOFRE QUINAN	045
DEPUTADO PHILEMON RODRIGUES	039
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA	004, 022, 026, 035, 036, 047, 048

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.482-34, ADOTADA EM 14 DE MARÇO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 17 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DISPÕE SOBRE AS ALÍQUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL ATIVO DOS PODERES DA UNIÃO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO JAIR MENEGUELLI	001, 002.

(*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.508-15**, DE 06 DE MARÇO DE 1997, QUE "CONCEDE ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS-IPÍ NA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS, APARELHOS E INSTRUMENTOS, DISPÕE SOBRE PERÍODO DE APURAÇÃO E PRAZO DE RECOLHIMENTO DO REFERIDO IMPOSTO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, E ESTABELECE SUSPENSÃO DO IPÍ NA SAÍDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, ACONDICIONADAS PARA VENDA A GRANEL, DOS ESTABELECIMENTOS PRODUTORES E DOS ESTABELECIMENTOS EQUIPARADOS A INDUSTRIAL": (1)

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado CARLOS CARDINAL	001.
Deputado JÚLIO REDECKER	004.
Deputado MARCELO TEIXEIRA	002, 003.

* Republicados em virtude de novo calendário para tramitação.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.512-8**, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTS. 2º DA LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995, E 2º DA LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992, QUE DISPÕEM, RESPECTIVAMENTE, SOBRE O CRÉDITO RURAL E SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO RURAL":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado ALCIDES MODESTO.....	001, 002.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.520-6**, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE A NOVAÇÃO DE DÍVIDAS E RESPONSABILIDADES DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - FCVS; ALTERA O DECRETO-LEI Nº 2.406, DE 5 DE JANEIRO DE 1998, E AS LEIS NºS 8.004, 8.100 E 8.692, DE 14 DE MARÇO DE 1990, 05 DE DEZEMBRO DE 1990, E 28 DE JULHO DE 1993, RESPECTIVAMENTE; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado EDINHO BEZ	013, 017.
Deputado JOSÉ CHAVES	018, 021, 025, 026.
Deputado JOSÉ JORGE	006, 022, 023, 024.
Deputado JOSÉ LOURENÇO	011, 014, 019, 027.
Deputado PAULO ROCHA	008, 015, 020.
Deputado PRISCO VIANNA	001, 007, 009, 010.
Deputado VALDIR COLATTO	012, 016.
Deputado WIGBERTO TARTUCE	002, 003, 004, 005.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.530-4 DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "INSTIUI O PROGRAMA DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO DE SERVIDORES CIVIS DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado JAIR MENEGUELLI

001, 002, 003.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.535-3, DE 13 DE MARÇO DE 1997, RETIFICADA NO DIÁRIO OFICIAL DE 18/03/97, QUE "DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado ANTONIO SERGIO CARNEIRO

003, 013, 017.

Deputado AROLDE DE OLIVEIRA

002, 009, 012, 014, 015, 018, 020, 021, 024, 025, 027, 031, 036, 038, 039.

Deputado JOFRAN FREJAT

001, 006, 010, 011, 016, 019, 022, 023, 030, 035, 037.

Deputado LUCIANO ZICA

040.

Deputado LUIZ GUSHIKEN

004, 005, 007, 008, 026, 028, 029, 032, 033, 034, 041, 042, 043, 044, 045, 046, 047, 048, 049, 050.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.549-28, DE 14 DE MARÇO DE 1997 QUE "DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA" E DOS MINISTÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NÚMEROS

DEPUTADO AIRTON DIPP

012.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE

002, 003, 004, 005, 006, 007, 013, 014, 017, 020, 022, 023, 024, 025, 026, 027, 028, 029, 032, 033, 034, 035, 036, 037.

DEPUTADO EDISON ANDRINO

008.

DEPUTADO FLÁVIO ARNS

009, 010, 018.

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

040.

DEPUTADO	MARCELO TEIXEIRA	011,015.
DEPUTADO	NILSON GIBSON	038.
SENADOR	PEDRO SIMON	001.
DEPUTADO	ROBERTO JEFFERSON	030,031,039.
DEPUTADO	SÉRGIO CARNEIRO	016,019,021.

SCM

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 1.554-13 DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "ALTERA OS ARTS. 2º, 3º, 4º, 5º E 7º DA LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTA	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO CHICO VIGILANTE	001,002,004,006.
DEPUTADO LUCIANO CASTRO	003,005.

SCM

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.1.559-11, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "ALTERA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO JOSÉ CARLOS VIEIRA	001, 002

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.560-3, ADOTADA EM 14 DE MARÇO DE 1997 E PUBLICADA NO DIA 17 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "ESTABELECE CRITÉRIOS PARA CONSOLIDAÇÃO, A ASSUNÇÃO E O REFINANCIAMENTO, PELA UNIÃO, DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA E OUTRAS QUE ESPECIFICA, DE RESPONSABILIDADE DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO LUCIANO ZICA	001, 002, 003, 004, 005

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.561-3**, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "REGULAMENTA O DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 4º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993; DISPÕE SOBRE A INTREVENÇÃO DA UNIÃO NAS CAUSAS EM QUE FIGURAREM COMO AUTORES OU RÉUS, ENTES DE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA; REGULA OS PAGAMENTOS DEVIDOS PELA FAZENDA PÚBLICA EM VIRTUDE DE SENTENÇA JUDICIÁRIA; REVOGA A LEI Nº 8.197, DE 27 DE JUNHO DE 1991 E A LEI Nº 9.081, DE 19 DE JULHO DE 1995, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS":

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado CHICO VIGILANTE.....	001.
Deputada MARIA LAURA.....	002.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.562-3**, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DEFINE DIRETRIZES E INCENTIVOS FISCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado PAULO ROCHA	001, 003, 004, 005.
Deputado VILMAR ROCHA	002.

- (*) EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.567-1, DE 14 DE MARÇO DE 1997, QUE "DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, AFORAMENTO E ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO, ALTERA DISPOSITIVOS DOS DECRETOS-LEIS NºS 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946, E 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987, REGULAMENTA O § 2º DO ART. 49 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS**EMENDAS NºS.****Deputado FEU ROSA**

001, 004, 006, 010, 011, 021, 025, 026.

Senador GERSON CAMATA

002, 008.

Deputada RITA CAMATA

003, 007, 012, 013, 015, 016, 017, 018, 019, 020, 022, 023, 024, 027, 028.

Deputado UBIRATAN AGUIAR

005, 009, 014.

ATA DE COMISSÃO

(*) Ata da 5ª Reunião da Mesa do Senado Federal,
realizada em 6 de março de 1997.

Aos seis dias do mês de março de um mil novecentos e noventa e sete, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala de autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores Antonio Carlos Magalhães, Presidente; Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente; Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente; Ronaldo Cunha Lima, 1º Secretário; Carlos Patrocínio, 2º Secretário; Flaviano Melo, 3º Secretário; Emília Fernandes, 1ª Suplente de Secretário e Joel de Hollanda, 3º Suplente de Secretário. Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Senhor Senador Lucídio Portella. Havendo número legal, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. O Senhor Presidente inicia a reunião, apresentando os assuntos constantes da pauta. **Item 1:** Requerimento nº 161, de 1997, de autoria do Senador Ademir Andrade, solicitando informações ao Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária. Aprovado. **Item 2:** Requerimento nº 25/97-M, de autoria da Senadora Emília Fernandes. Aprovado. **Item 3:** Requerimento nº 26/97-M, de autoria do Senador Lúdio Coelho. Aprovado. **Item 4:** Requerimento nº 27/97-M, de autoria do Senador Lúdio Coelho. Aprovado. **Item 5:** Requerimento nº 28/97-M, de autoria da Senadora Marina Silva. Aprovado. **Item 6:** Requerimento nº 29/97-M, de autoria do Senador Odacir Soares. Matéria despachada ao Sr. Diretor-Geral. **Item 7:** Requerimento nº 30/97-M, de autoria do Senador Flaviano Melo. Aprovado. **Item 8:** Requerimento nº 31/97-M, de autoria do Senador João França. Aprovado. **Item 9:** a Mesa recebeu, nos termos do art. 39, alínea a, do Regimento Interno, comunicações dos Srs. Senadores Marina Silva e Fernando Bezerra. **Item 10:** Requerimento nº 160, de 1997, de autoria do Senador Lúcio Alcântara solicitando seja submetida à Mesa do Senado Federal proposta de publicação em homenagem ao ex-Senador Virgílio Távora, neste ano, dentro da coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*. Aprovado, nos termos do § 1º do art. 2º da Resolução nº 84, de 1996. Ao Sr. Diretor-Geral. Em seguida, o Senhor Presidente suspende a reunião, ao tempo em que determina que eu, *Raimundo Carreiro Silva* (Raimundo Carreiro Silva), Secretário-Geral da Mesa, lavre a presente Ata. Reaberta a reunião, a Ata é lida pelo Senhor Primeiro-Secretário e aprovada pelos Senadores presentes. Nada mais havendo que tratar, o Senhor Presidente, às dezoito horas, declara encerrada a reunião e assina a presente Ata.

Sala de Reuniões, em 6 de março de 1997.

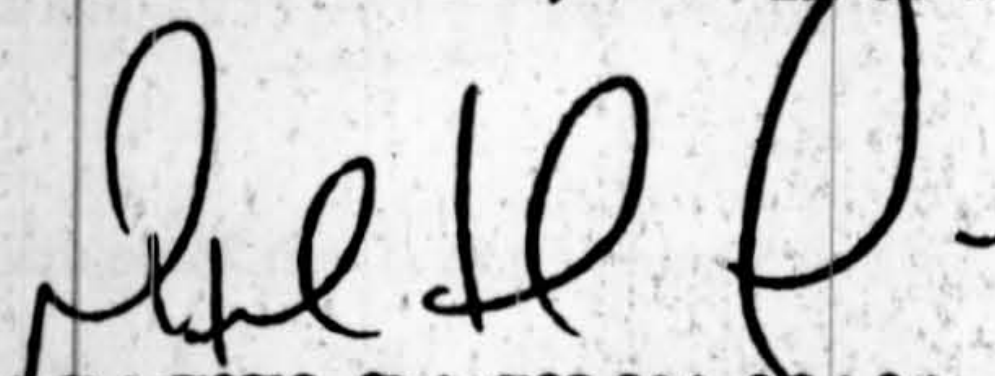
Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente

ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL**
Nº 644 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no
uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42,
de 1993, e tendo em vista o que consta do processo nº 004.647/97-1,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto
no artigo 35, combinado com o inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990,
JOSÉ ALBERTO MONTEIRO MACIEL, matrícula nº 5190, do cargo, em
comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Sebastião
Rocha..

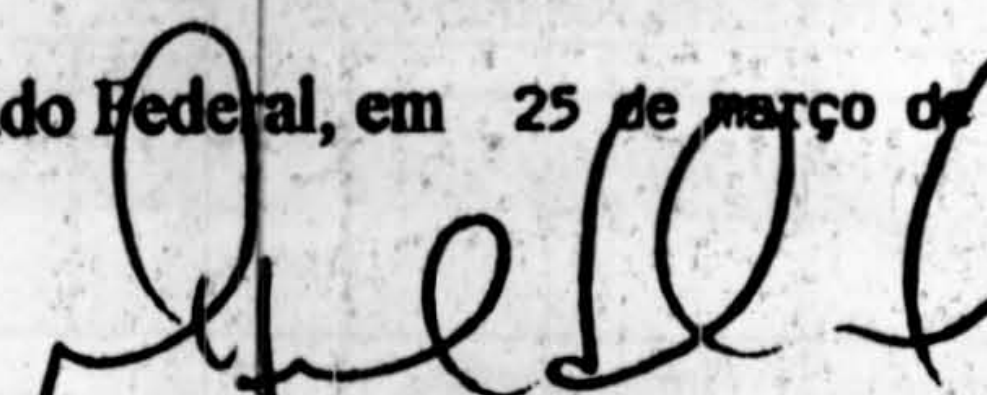
Senado Federal, em 25 de março de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral**ATO DO DIRETOR-GERAL**
Nº 645 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso
da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de
1993 , e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.647/97-1,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art.
9º da Lei nº 8.112, de 1990, **TARCÍSIO RODRIGUES BINO** para exercer o
cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado
Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 25 de março de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 646 , DE 1997

Altera o Quadro de Detalhamento da Despesa fixada no Orçamento do Fundo Especial do Senado Federal para o exercício de 1997.

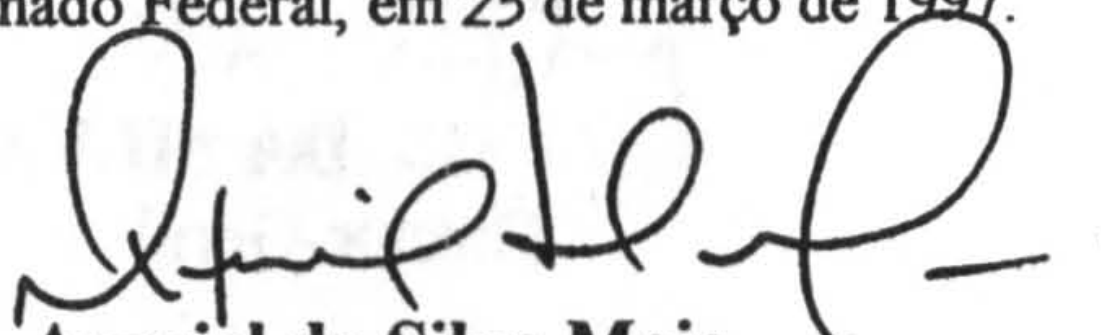
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e com base no disposto no artigo 2º, do Ato nº 50, do PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, de 07 de outubro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, da Unidade Orçamentária 02.901 - Fundo Especial do Senado Federal, na forma dos anexos I e II, deste Ato.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de março de 1997.


Agaciel da Silva Maia
DIRETOR-GERAL

02.000 - SENADO FEDERAL

02.901 - FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL				Anexo I
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900 - Coordenação e Manutenção Geral 01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	3.4.90.92	150	496.000	496.000
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL
496.000	0	496.000	0	496.000

02.000 - SENADO FEDERAL

02.901 - FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO				
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL				Anexo II
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900 - Coordenação e Manutenção Geral 01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	3.4.90.39	150	496.000	496.000
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL
496.000	0	496.000	0	496.000

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 647 , DE 1997

Altera os Quadros de Detalhamento da Despesa fixada nos Orçamentos do Senado Federal e do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, para o exercício de 1997.

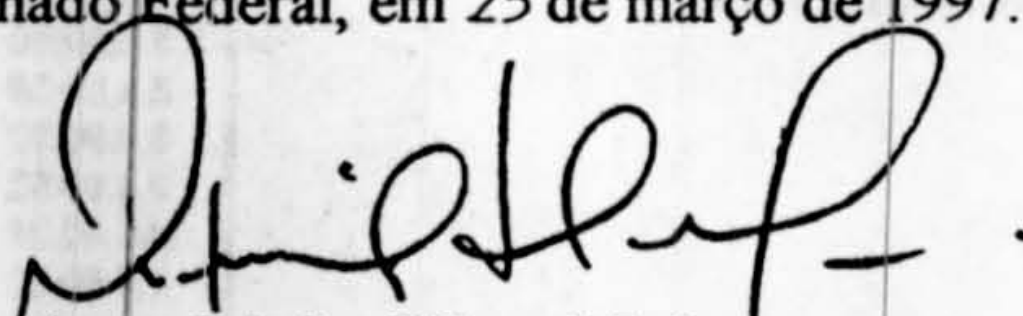
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e com base no disposto no artigo 2º, do Ato nº 50, do PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, de 07 de outubro de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar os Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, da Unidade Orçamentária 02.101 - Senado Federal e 02.103 - Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal, na forma dos anexos I, II, III e IV deste Ato.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 25 de março de 1997.


Agaciel da Silva Maia
DIRETOR-GERAL

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO					
RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL E SEGURIDADE					Anexo I
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL	
01.007.0021.4900 - Coordenação e Manutenção Geral					
01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	3.4.90.14	100	350.000		
	3.4.90.92	100	450.000		
	3.4.90.93	100	80.000		
	4.5.90.39	100	10.000		
	4.5.90.92	100	10.000	900.000	
01.075.0428.2004 - Assistência Médica e Odontologia a Servidores					
01.075.0428.2004.0005 - Assistência Médica e Odontologia a Servidores	3.4.90.38	100	500.000		
	3.4.90.92	100	100.000	600.000	
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL	
1.500.000	0	1.480.000	20.000	1.500.000	

02.000 - SENADO FEDERAL

02.101 - SENADO FEDERAL - SECRETARIA

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL E SEGURIDADE				Anexo II
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900 - Coordenação e Manutenção Geral				
01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	3.4.90.30	100	500.000	
	3.4.90.35	100	200.000	
	3.4.90.36	100	180.000	
	4.5.90.52	100	20.000	900.000
01.075.0428.2004 - Assistência Médica e Odontológica a Servidores				
01.075.0428.2004.0005 - Assistência Médica e Odontológica a Servidores	3.4.90.93	100	600.000	600.000
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL
1.500.000	0	1.480.000	20.000	1.500.000

02.000 - SENADO FEDERAL

02.103 - PRODASEN

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - SUPLEMENTAÇÃO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL E SEGURIDADE				Anexo III
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900 - Coordenação e Manutenção Geral				
01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	3.1.90.08	100	17.822	
	3.1.90.16	100	1.343.238	1.361.060
01.007.0024.2026 - Administração e Coordenação dos Serviços de Informática				
01.007.0024.2026.0001 - Manutenção do Centro de Inform. e Processamento de Dados do Senado Federal	3.4.90.14	100	90.486	
	3.4.90.30	100	21.638	
	3.4.90.36	100	10.000	
	3.4.90.37	100	15.600	
	3.4.90.92	100	17.660	
	4.5.90.39	100	5.000	
	4.5.90.92	100	5.000	165.384
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL
1.526.444	1.361.060	165.384	10.000	1.526.444

02.000 - SENADO FEDERAL

02.103 - PRODASEN

EM R\$ 1,00

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - CANCELAMENTO

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS - FISCAL E SEGURIDADE				Anexo IV
ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FONTE	DETALHADO	TOTAL
01.007.0021.4900 - Coordenação e Manutenção Geral				
01.007.0021.4900.0001 - Manutenção dos Serviços de Administração Geral	3.1.90.13	100	1.361.060	1.361.060
01.007.0024.2026 - Administração e Coordenação dos Serviços de Informática				
01.007.0024.2026.0001 - Manutenção do Centro de Inform. e Processamento de Dados do Senado Federal	3.4.90.33	100	43.861	
	3.4.90.35	100	50.000	
	3.4.90.39	100	61.523	
	4.5.90.52	100	10.000	165.384
RECURSOS ORDINÁRIOS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	TOTAL
1.526.444	1.361.060	165.384	10.000	1.526.444

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 648 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo nº 004.650/97-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA ANTÔNIA FERNANDES DE MELO** para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 7 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

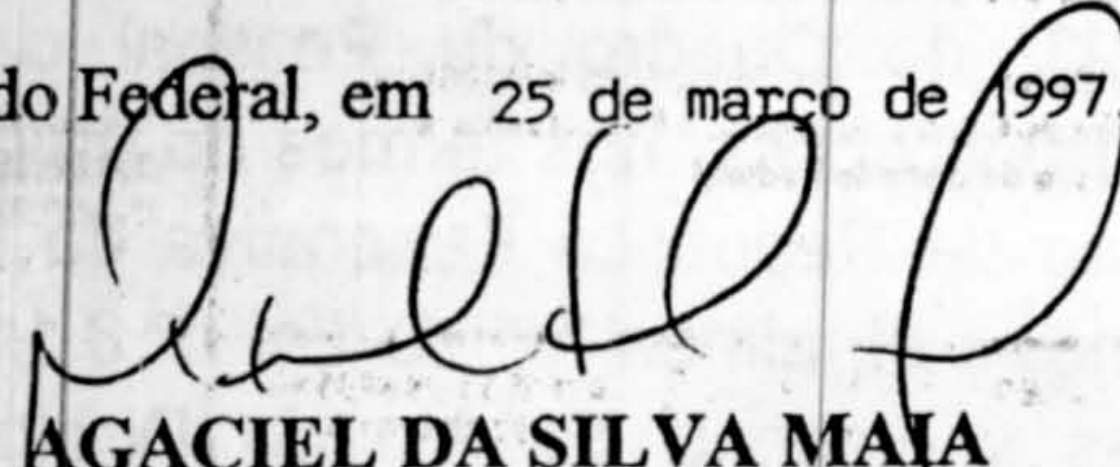
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 649 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 004.658/97-3

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CARLOS ROBERTO LUPI**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PDT.

Senado Federal, em 25 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 650, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, parágrafo 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 004.657/97-7

R E S O L V E alterar o Ato do Diretor-Geral nº 246, de 1996, publicado no DCN, Seção II, de 05.03.96, para que **GISELE MARIA BICALHO RESENDE**, ocupante do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança do PDT, passe a ter lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência, a partir de 20 de março de 1997.

Senado Federal, em 25 de março de 1997.



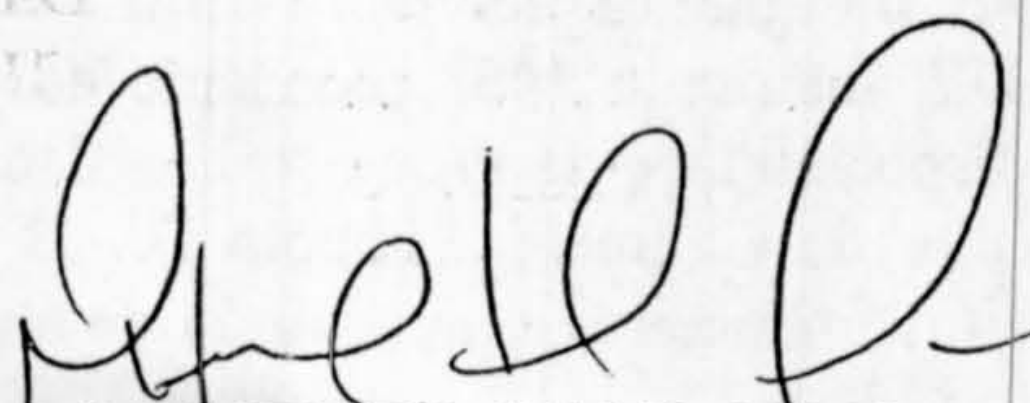
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 651 /97**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1733/93-1, **RESOLVE APOSENTAR**, voluntariamente, com proventos integrais, **FRANCISCO ANTONIO XIMENES**, matrícula 0259, Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens do Ato do Diretor-Geral nº 148/94 e das Resoluções do Senado Federal nºs 59/91, 51/93 e Resolução do Senado

Federal nº 74/94, transformada na forma determinada pela Medida Provisória nº 1480-28/97.

Senado Federal, em 25 de março de 1997.



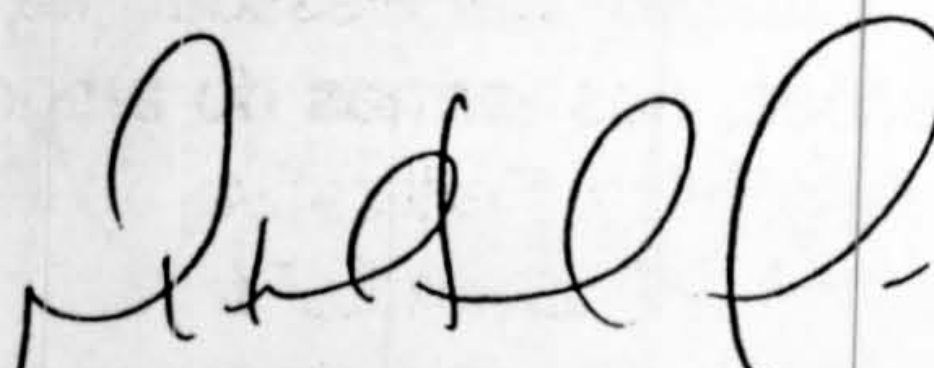
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 652, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2782/97-9, deferido pelo Primeiro-Secretário,

RESOLVE dispensar a servidora ELIZABETH DE ALVARENGA ALVES DE ANDRADE, matrícula 1498, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Advocacia do Senado Federal, com efeitos financeiros a partir de 21 de fevereiro de 1997, e lotá-la no Gabinete do Senador Geraldo Melo a partir da mesma data.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



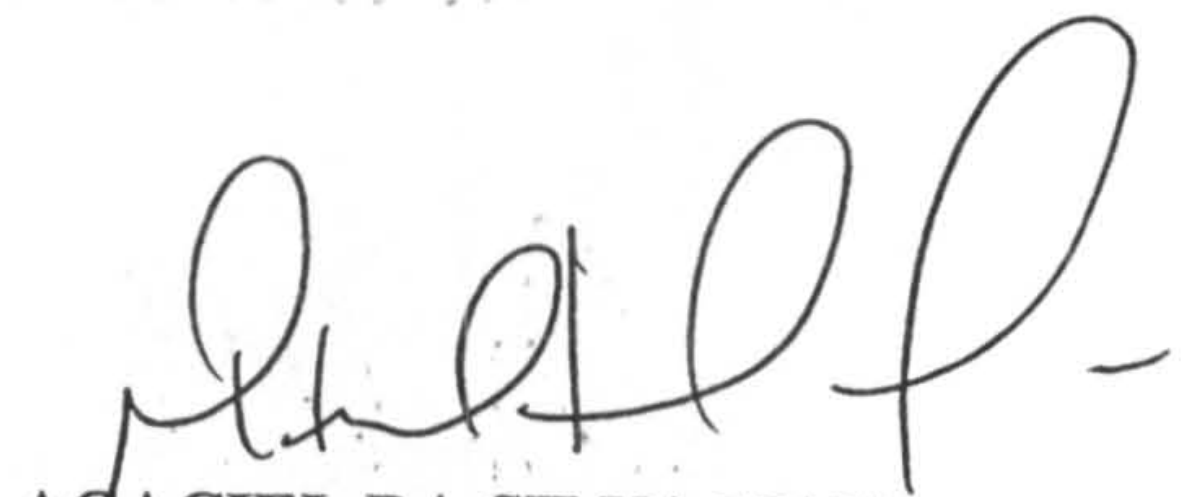
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.653 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2782/97-9, deferido pelo Primeiro-Secretário,

RESOLVE designar a servidora ELIZABETH DE ALVARENGA ALVES DE ANDRADE, matrícula 1498, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Geraldo Melo, com efeitos financeiros a partir de 21 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



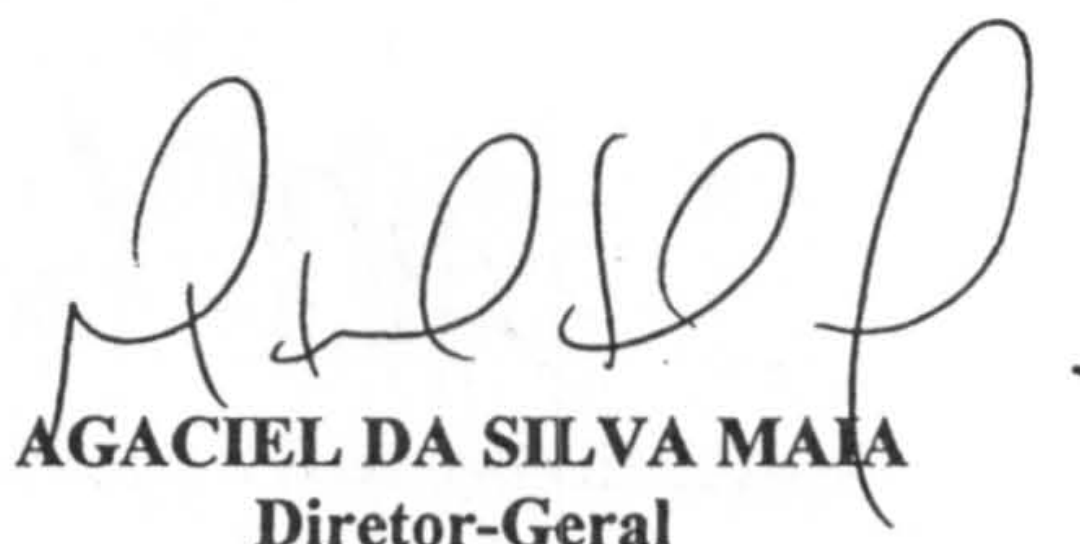
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 654, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1958/97-6,

RESOLVE designar a servidora CLÁUDIA PACHECO DE OLIVEIRA, matrícula 3542, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



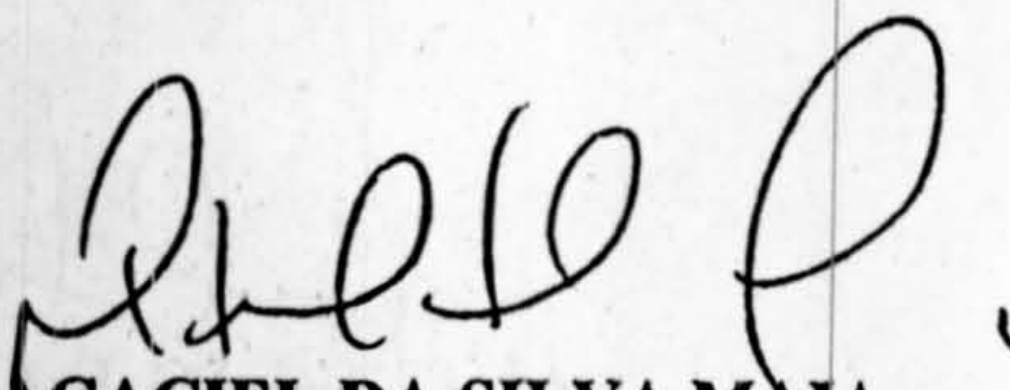
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 655, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1953/97-4,

RESOLVE designar a servidora NELMA SUELY CURADO E SOUZA, matrícula 1452, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Cooperação Institucional, Símbolo FC-07, da Coordenação de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



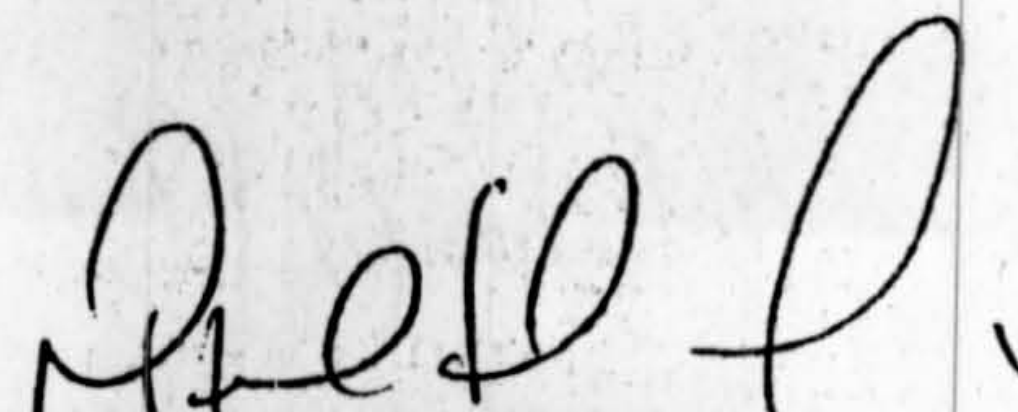
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 656, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1960/97-0,

RESOLVE designar o servidor ADILSON VIANA DE AZEVEDO, matrícula 3851, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Encarregado de Divulgação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 657, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2061/97-0,

RESOLVE designar a servidora **LÍCIA MARIA GALIZA PEREIRA DE SOUZA**, matrícula 2367, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Produção, Símbolo FC-07, da Coordenação Rádio Senado da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 658, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2534/97-5,

RESOLVE dispensar a servidora **RITA MARIA MOURA COUTINHO**, matrícula 2446, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação Social, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



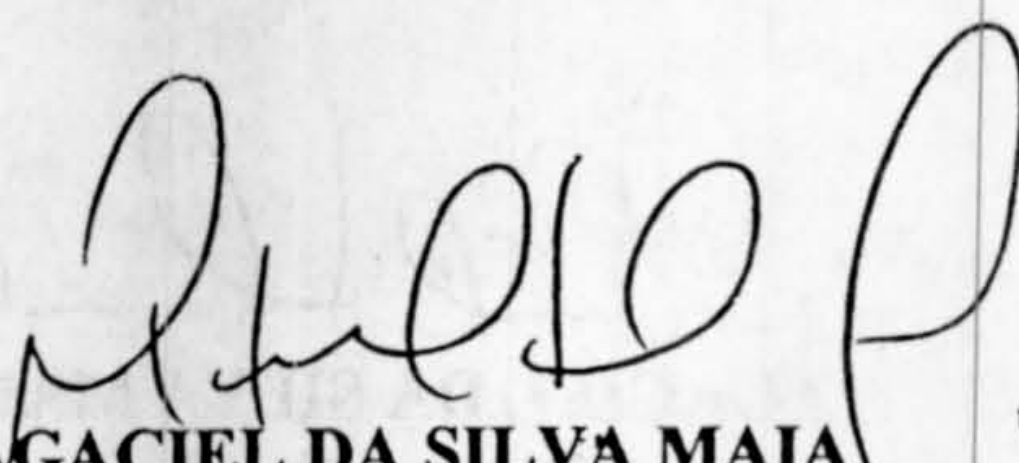
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.659 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1937/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor TOMAZ EDSON ALVES DA SILVA, matrícula 1500, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



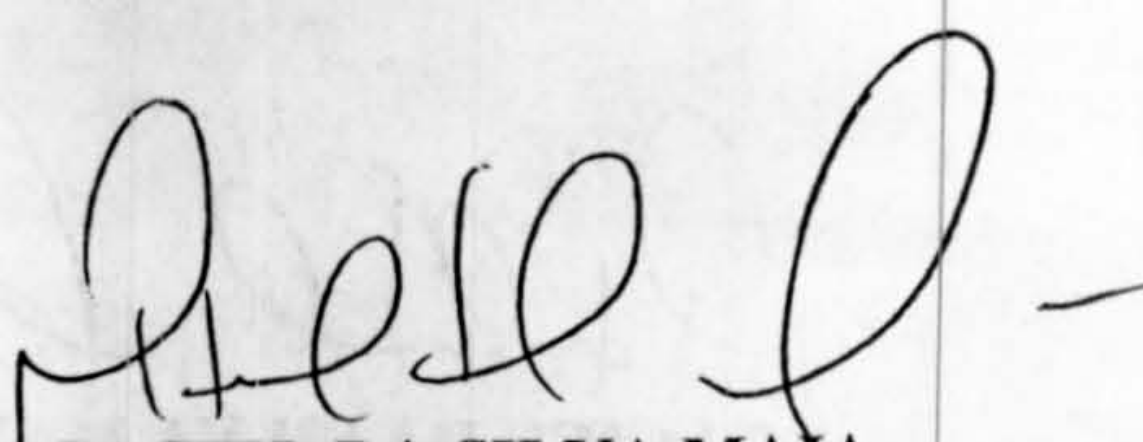
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 660, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1937/97-9,

RESOLVE designar o servidor TOMAZ EDSON ALVES DA SILVA, matrícula 1500, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, Símbolo FC-07, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



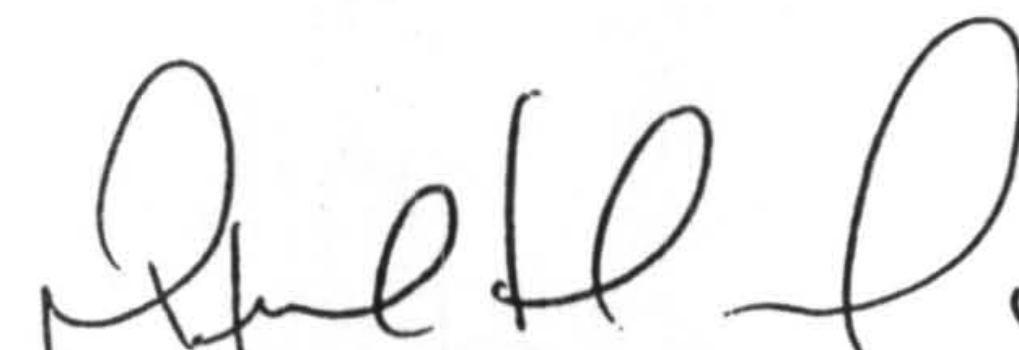
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.661 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1951/97-1,

RESOLVE designar o servidor ALAN SILVA, matrícula 3506, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Pesquisa e Planejamento, Símbolo FC-07, da Coordenação de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 662, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1952/97-8,

RESOLVE designar a servidora MARIA VIRGINIA LADEIRA ROSSETO, matrícula 3511, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Administração, Símbolo FC-07, da Coordenação de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



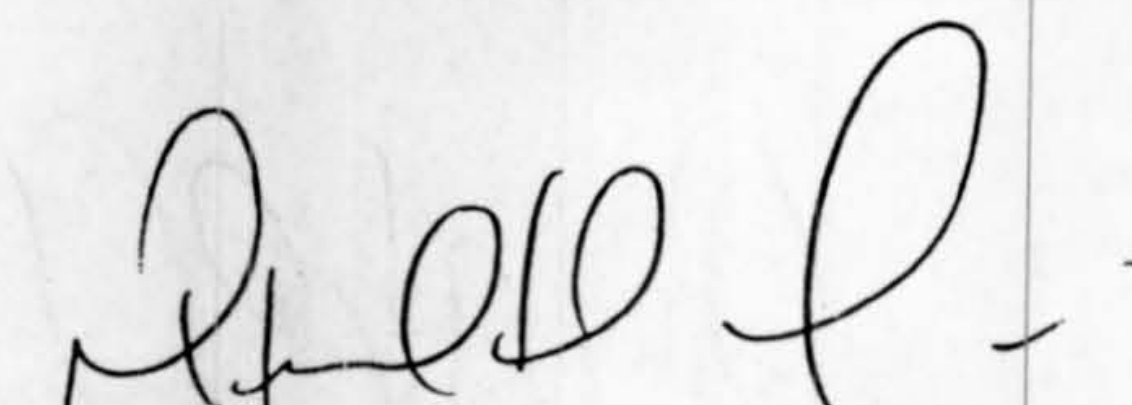
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 663 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2054/97-3,

RESOLVE designar o servidor MAURÍCIO SILVA, matrícula 660, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Administração, Símbolo FC-07, da Coordenação TV Senado da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



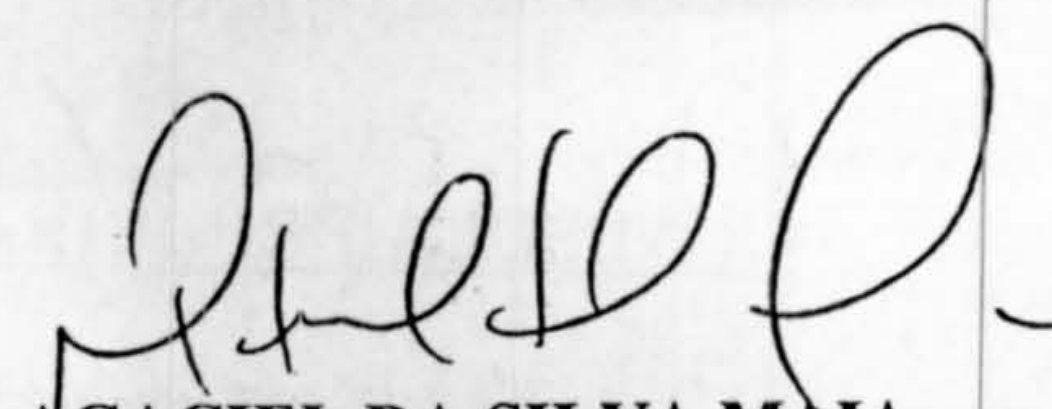
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 664 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1950/97-5,

RESOLVE designar a servidora SIMONE DOURADO GUIMARÃES, matrícula 3822, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Recepção e Contato, Símbolo FC-07, da Coordenação de Relações Públicas da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.665 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2070/97-9,

RESOLVE designar o servidor do PRODASEN, CARLOS ALBERTO BELESA SOUSA, matrícula 272, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Informática e Transmissão, Símbolo FC-07, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 25 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(Criado pela Lei n.º 4.284/63)

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS E DE CONSULTORIA

O Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, com personalidade jurídica própria e sede no 25º andar do Anexo I da Câmara dos Deputados, no Palácio do Congresso Nacional, sito na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CGC nº 00435396/0001-08, neste Ato representado por seu Presidente, Deputado HERÁCLITO FORTES, aqui chamado **CONTRATANTE**, e o **Dr. Raymundo Urbano**, casado, advogado, inscrito na OAB/BA sob o nº 7417, com escritório na SQN, 108, Bloco D, ap. 205, aqui chamado **CONTRATADO**, resolvem, com base na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, celebrar o presente Contrato de serviços de assistência jurídica, sem exigibilidade de licitação, conforme prescreve o art. 25, II e 13, V, e o art. 26 da citada Lei 8.666, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O objeto do presente Contrato é a prestação ao **CONTRATANTE**, pelo **CONTRATADO**, dos seguintes serviços:

a) assessoramento relativo a legislação administrativa específica do **CONTRATANTE** para informação e orientação dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, à Presidência, à Diretoria Executiva e aos demais órgãos do **CONTRATANTE**;

b) rever todos os processos de requerimentos de pensões, pecúlios, de benefícios de Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral a que fizerem jus os associados do **CONTRATANTE**;

c) examinar todos os contratos a serem firmados pelo **CONTRATANTE**, emitindo os respectivos pareceres;

d) acompanhar os aspectos jurídicos referentes a administração dos bens imobiliários do **CONTRATANTE**, prestando a orientação necessária à Seção de Imobiliária;

e) acompanhar e orientar a realização de reuniões dos Conselhos do **CONTRATANTE**, funcionando como Secretário e tomando todas as providências para a legalização dos atos discutidos e aprovados;

f) consultas e pareceres sobre os assuntos de interesse da Administração do **CONTRATANTE**;

g) acompanhar os trabalhos patrocinados pelos advogados e Assessores Técnicos do **CONTRATANTE**, complementando, inclusive, sua assistência, quando necessário, em face de eventuais ausências ou impedimentos.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pelos serviços prestados, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** honorários mensais no valor de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) em valores vigentes em março de 1997. Esses honorários serão corrigidos monetariamente na forma que vier a ser admitida pela legislação eventualmente permissiva e de acordo com a Lei de nº 8.666 de 12 de junho de 1993.

Esses honorários serão pagos até o dia 20 (vinte) de cada mês, fazendo o respectivo depósito em nome do **CONTRATADO**, na c/c nº 207.578/4, Agência nº 3604-8, do Banco do Brasil S/A.

CLÁUSULA TERCEIRA

O **CONTRATADO**, será ressarcido de despesas de viagem e custas jurídicas e equivalentes, necessários ao desempenho dos serviços previstos na Cláusula Primeira, realizados fora da jurisdição de Circunscrição Judiciária de Brasília.

O crédito para pagamento dos honorários contratados corre por conta da rubrica Honorários Advocatícios (art. 55, V - Lei 8.666/93).

CLÁUSULA QUARTA

O prazo de duração do presente Contrato será de 1º de março de 1997 até 1º de abril de 1997, podendo ser extendido por um período anual, na forma prevista pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, citada.

CLÁUSULA QUINTA

O regime de execução dos serviços contratados é o de execução direta.

CLÁUSULA SEXTA

O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses do art. 79, art. 79, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA

Fica estabelecido a multa equivalente de um salário mínimo, para a parte que infringir qualquer uma das cláusulas deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA

Fica eleito o Fórum de Brasília-DF, para dirimir qualquer dúvida decorrente do presente Contrato.

CLÁUSULA NONA

Fica reconhecido o direito de rescisão administrativa previsto no art. 77 da Lei nº 8.666.

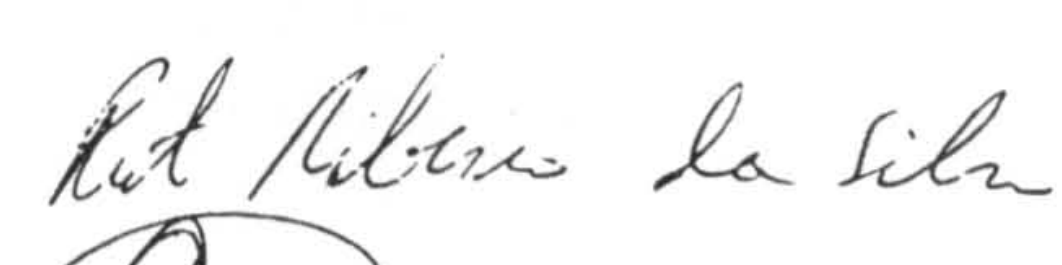
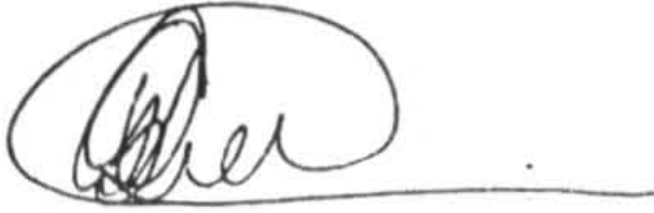
E por estarem justos e contratados, assinam o presente Contrato em duas vias de igual teor, que será publicado no DCN.

Brasília, 28 de fevereiro de 1997.


Deputado **HERÁCLITO FORTES**
Presidente


RAYMUNDO URBANO
Advogado

TESTEMUNHAS:

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPCÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: _____ (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
SERGIO MACHADO	CE-2281/85	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF- 2011/12
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/92
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE- 2201/02	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES**

PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	

PMDB

JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2031/32
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
------------------	------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

Atualizada em: 20/03/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/12	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/37	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA PT	SE-2391/2397	1-ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/07
VAGO *1		2-EDUARDO SUPLY PT	SP-3212/15
VAGO *1		3-LAURO CAMPOS PT	DF-2341/47
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIAO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
(Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares .		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinübing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos	PMDB		Elias Abrahão
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Rivaldo Macari
Esperidião Amin	PPB		Valdir Colatto	PSDB	Yeda Crusius
Emília Fernandes	PTB		Franco Montoro	PPB	João Pizzolatti
Osmar Dias(2)	PP		Fetter Júnior(3,4)	PP	Augustinho Freitas
	PT	Benedita da Silva	Dilceu Sperafico	PT	Luiz Mainardi
		Eduardo Suplicy	Miguel Rossetto		
		Lauro Campos			

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

SEÇÃO 1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO JÁ ESTÁ NA INTERNET



**A Imprensa Nacional disponibiliza
a Informação Oficial**

**Parte das matérias da
Seção 1 do Diário Oficial da
União já pode ser consultada
no *site* da Imprensa Nacional.**

**Nesta fase de implantação,
a consulta é livre. Em breve,
colocaremos à disposição
os Jornais Oficiais em
forma de assinatura.**

E mais...

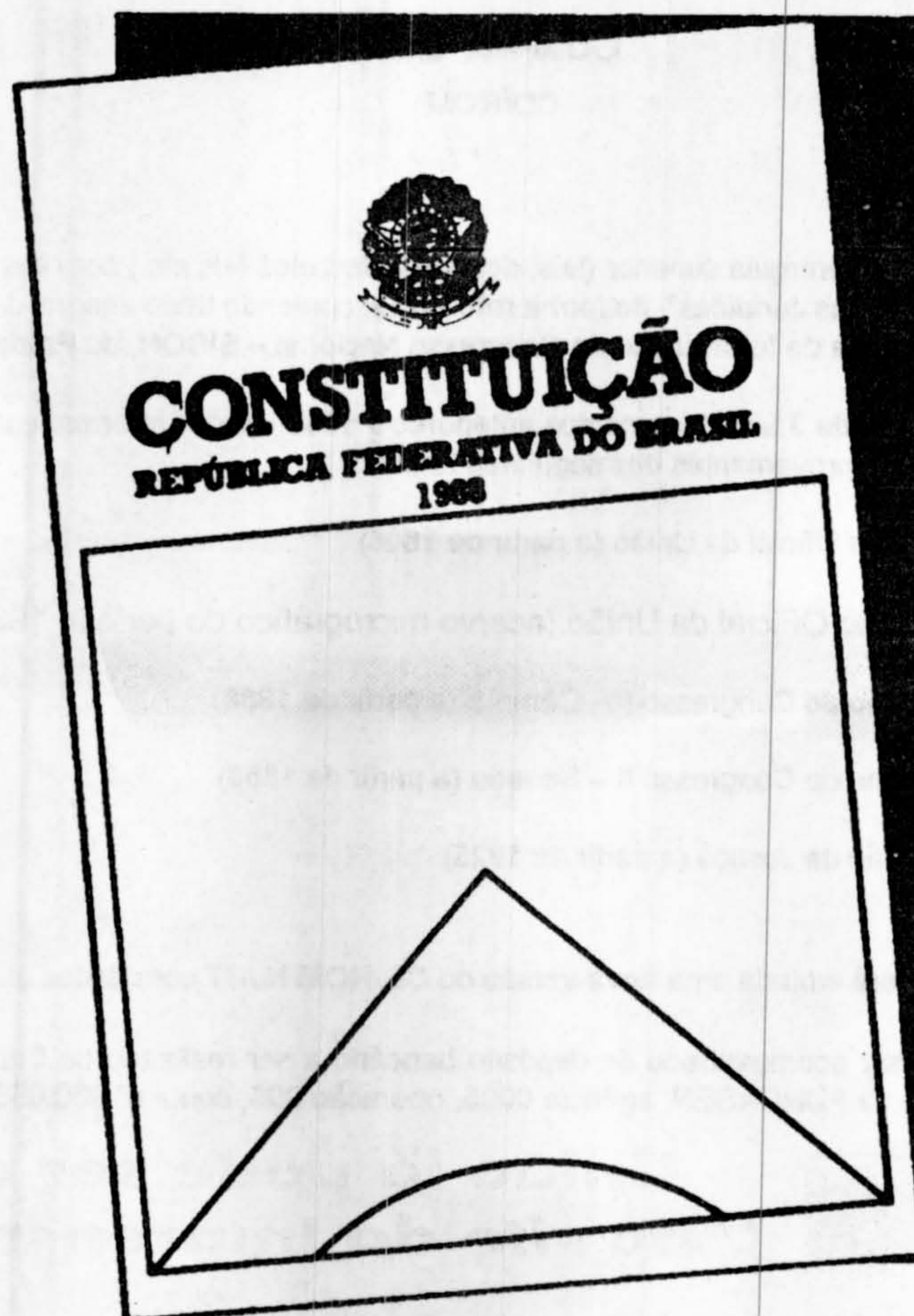
- Museu da Imprensa
- Biblioteca Machado de Assis
- Recuperação de obras raras
- Obras comercializadas



NAVEGUE COM A GENTE!

<http://www.in.gov.br>

**SUBSECRETARIA de Edições Técnicas
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Osvaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, n, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernando Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamennon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – Arnaldo Wald

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattic

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luís Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvia Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS